



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

[Handwritten signatures]

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----DO DIA 01 SETEMBRO DE 2017-----

-----ACTA NÚMERO VINTE E DOIS-----

----- Ao primeiro dia do mês de setembro de dois mil e dezassete, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal do Concelho de Manteigas nos termos da Lei, sob a presidência do seu Presidente, Senhor Deputado António Manuel de Lemos Santos, coadjuvado pelo Primeiro Secretário, Senhor Deputado Albino Saraiva Cardoso e pela Senhora Segunda Secretária, Senhora Deputada Oriana Marina Cleto Abreu Morais, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- Ponto um: **Período de Intervenção do Público.**-----

----- Ponto dois: **Período de Antes da Ordem do Dia.**-----

----- Ponto dois, um: Apreciação, discussão e votação da Ata da sessão anterior.-----

----- Ponto dois, dois: Conhecimento do expediente recebido e prestação de informações.-----

----- Ponto dois, três: Intervenções dos Senhores Deputados antes da Ordem do Dia.-----

----- Ponto três: **Período da Ordem do dia.**-----

----- Ponto três, um: Apreciação, discussão e votação da alteração do Mapa de Pessoal – Contrato de Trabalho a Termo Resolutivo Incerto.-----

----- Ponto três, dois: Apreciação das Contas Consolidadas referentes ao ano de 2016.-----

----- Ponto três, três: Apreciação do Relatório de Acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro (artigo 59.º n.º6, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro).-----

----- Ponto três, quatro: Apreciação da Informação – Demonstrações Financeiras relativas ao 1º semestre de 2017, do Município de Manteigas, nos termos do disposto n alínea d), do n.º 2, do artigo 77º, da Lei 73/2013 de 3 de Setembro.-----

----- Ponto três, cinco: Esclarecimento sobre a Organização dos Serviços Municipais de Proteção Civil, nomeadamente a responsabilidade pela elaboração do Plano Municipal de Emergência.-----

----- Ponto três, seis: Apreciação, discutir e votar o documento apresentado pelo Senhor Deputado Novo de Matos sobre “A floresta portuguesa, os fogos e a Serra da Estrela”.-----

----- Ponto três, sete: Apreciação, discussão, votação das deliberações a tomar em minuta, para produzir efeitos imediatos, desta sessão.-----

----- Ponto quatro: Apreciação da informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- Ponto cinco: Apreciação de qualquer outro assunto de interesse para o Concelho.-----

----- Estiveram presentes nesta sessão e assinaram a lista de presenças para além do Senhor Presidente da Mesa, o Senhor Primeiro Secretário, a Senhora Segunda Secretária, os Senhores Deputados Municipais: Nuno Manuel Matos Soares, Fernanda Isento Pereira, Luís Miguel Gaspar Matos Soares, José Manuel Novo de Matos, Ana Catarina Félix Vinagre, António



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Miguel Aldeia Carvalho, Flávio Miguel Tacanho Massano, Alfredo Serra de Carvalho Marcelo, Odete da Graça Ganilha Almeida, José Manuel Abrantes Lopes, Carlos Manuel Abrantes Ferrão, Joaquim Martins Fonseca Albuquerque, Joaquim Neves Biscaia, Nuno Miguel Fernandes Gonçalves e Paulo Manuel dos Santos Costa. -----

----- Não se encontrava presente o Senhor Deputado Manuel José Correia Silva Carvalhinho, e a Senhora Deputada Matilde Rosa Ambrósio Cardoso, que comunicaram previamente a impossibilidade de comparecerem na reunião, tendo cada um justificado as respetivas ausências e pedido a devida substituição, tendo por isso sido convocados o Senhor Deputado Luís Miguel Gaspar Matos Soares e o Senhor Deputado Carlos Manuel Abrantes Ferrão, que compareceram. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro na impossibilidade de estar presente nesta sessão, justificou previamente a sua ausência. -----

----- Estiveram também presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Manteigas, José Manuel Custódia Biscaia e os Senhores Vereadores Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho, José Manuel Saraiva Cardoso, António José Ascensão Fraga e Paulo Jorge Ribeiro Estrela. -----

Às vinte horas e quarenta e cinco minutos, o Senhor Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, saudou todos os presentes, em especial o numeroso público que se encontrava presente nesta sessão. Fez votos que os trabalhos corram de forma profícua. -----

-----PONTO 1. DA ORDEM DE TRABALHOS-----

-----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

----- O Senhor Presidente da Mesa questionou os munícipes presentes se desejavam intervir neste ponto da ordem de trabalhos. Verificando que não existiam inscrições, deu como encerrado este ponto da ordem de trabalhos. -----

-----PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-----PONTO 2.1-----

-----APRECIACÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR-----

----- O Senhor Presidente da Mesa no uso da palavra informou que tinha chegado à Mesa da Assembleia, uma proposta de correção apresentada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, na página 999, no quarto parágrafo, onde se lê: *“Referiu que 50% desses quilómetros foram objeto de uma candidatura para os incêndios”*, deverá ler-se: *“Referiu que 50% desses quilómetros foram objeto de uma candidatura de estabilização de emergência para os incêndios”*. E na segunda linha do parágrafo supracitado, onde se lê: *“os outros 50% de quilómetros serão suportados pelo Baldio”*, deverá ler-se: *“os outros quilómetros serão suportados pelo Baldio”*. Questionou se mais alguém desejava apresentar propostas de alteração à Ata.-----
Verificando que não havia mais inscrições para intervir sobre esta matéria, colocou a **Ata número vinte e um da sessão da Assembleia Municipal de trinta de junho de dois mil e dezassete** à votação tendo **sido aprovada por maioria, com quatro abstenções**. -----

-----PONTO 2.2-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----CONHECIMENTO DO EXPEDIENTE RECEBIDO E PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES-----

----- O Senhor Presidente da Mesa informou que a Mesa da Assembleia recebeu do **Grupo Parlamentar Os Verdes** um Projeto de Lei, sobre o regime de assistência a banhistas, que em traços gerais refere que a época banhar deve começar em abril e terminar no final de setembro. Apresenta ainda, mais algumas alterações em relação às zonas balneares e aos banhistas. Colocou o documento à disposição dos Senhores Deputados que o desejassem consultar. ----- Comunicou ao Órgão Deliberativo, que em conformidade com a deliberação tomada na passada Assembleia de trinta de junho, que aprovou por unanimidade a adesão deste Órgão Autárquico à Associação Nacional das Assembleias Municipais, foi dado conhecimento desta deliberação a essa entidade. -----

Deu conhecimento que foi remetida à Mesa da Assembleia Municipal uma **missiva do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro**, que leu e que em seguida se transcreve: -----

(...) “Uma vez que por norma as Sessões da Assembleia Municipal são demasiadamente demoradas, sendo as mesmas realizadas às sextas-feiras, dia em que devo fazer o atendimento aos Fregueses de São Pedro, pois são estes que estão primeiro, não posso integrar as referidas Sessões até ao fim, que realmente foi o que aconteceu na Assembleia Municipal de 30 de junho de 2017.

Pelo exposto e porque não estarei presente na discussão e votação da acta da última Sessão, a quando do desenvolvimento do respetivo ponto da Ordem de Trabalhos na Assembleia Municipal do dia 01 de setembro de 2017, solicito a V. Exa. a leitura desta minha repudia e reposição da verdade, ao que foi extratado para a referida acta, solicito ainda que esta minha aclaração faça parte integrante da acta da Sessão do dia 01 de setembro de 2017.

No ponto cinco da Ordem de Trabalhos da Sessão do Órgão Deliberativo do dia 30 de junho de 2017, foi analisada e discutida a limpeza do Parque do Covão D’Ametade, tendo o Snr. Presidente da Câmara Municipal referido, passo a transcrever a partir da segunda linha da página 1004 – “Entretanto houve uma ação de limpeza, da autoria da Covilhã, que muito louva, contudo lamentou que a notícia transmitida nos meios de comunicação social não refletisse que o autor dessa limpeza foi a Covilhã com a Câmara Municipal de Manteigas, pois foi esta última que pagou os almoços a alunos e aos nossos jovens manteiguenses que estiveram nesta ação” – fim de transcrição.

Esta ação a que o Snr. Presidente da Câmara se refere, não é certamente a de limpeza do Covão D’Ametade, após a circulação nas redes sociais das imagens degradantes que foram difundidas nos dias 20 e 21 de maio do corrente ano.

Certamente se refere a uma atividade posterior de limpeza da Nave de Santo António, que culminou com uma refeição no Covão D’Ametade, tendo os respetivos intervenientes limpo o lixo que fizeram com a referida refeição.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

No dia 23 de maio de 2017 tive uma reunião com o Snr. Vereador Paulo Estrela, onde analisámos diversos assuntos, entre eles a limpeza do Parque do Covão D'Ametade, tendo o Snr. Vereador mostrado preocupação com as imagens que tinham sido divulgadas nas redes sociais nos dias 20 e 21 de maio de 2017, assim como, com a necessidade de limpeza do referido espaço.

Comuniquei de imediato ao Snr. Vereador Paulo Estrela que o Covão D'Ametade tinha sido total e eficazmente limpo no dia 22 de maio de 2017, assim como lixo também tinha sido recolhido, pelos Sapadores de São Pedro e estagiários do curso de jardinagem, com o patrocínio da Junta de Freguesia de São Pedro, mostrando o Senhor Vereador admiração e desconhecimento de tal ação e prontidão.

Nesta mesma reunião, sugeri/propus ao Senhor Vereador Paulo Estrela a possibilidade dos serviços Municipais de Manteigas fazerem a recolha do lixo no Covão D' Ametade às sextas-feiras, para apresentarmos o espaço limpo para o fim-de-semana, assim como à segunda-feira para ser recolhido o lixo do fim-de-semana.

Ainda não tive qualquer resposta a esta minha sugestão/proposta.

Pelo exposto afirmo que a autoria e realização da profunda e eficaz ação de limpeza foi do Conselho Diretivo dos Baldios de São Pedro e da Junta de Freguesia de São Pedro, não de outras entidades, tal como é do conhecimento do Snr. Vereador Paulo Estrela.

Se o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Manteigas muito louva a atitude da limpeza do espaço em causa, então que esses louvores sejam atribuídos a quem efetivamente realizou o trabalho.

Estamos em Manteigas, o Covão D'Ametade é de Manteigas – Freguesia de São Pedro, não precisamos que outros nos venham sujar o nosso espaço, queremos sim que o utilizem bem, com respeito, com educação e civismo, assim como não precisamos que outros venham limpar o nosso território.

Queremos divulgar Manteigas, o que acho ótimo, então tratemos o belo jardim natural que temos, que é nosso por direito, pelo que temos obrigação de o preservar criando condições e infraestruturas para o potenciarmos.

Refiro que não é da responsabilidade da Junta de Freguesia de São Pedro, nem a limpeza nem a recolha do lixo, mas preocupa-me a boa apresentação e divulgação da Freguesia de São Pedro, pelo que ultrapassando as competências da Junta de Freguesia, preferi atuar, em detrimento de alimentar constantes reuniões e discussões sobre “o sexo dos anjos” numa hipotética tentativa de apurar responsabilidades, que nos levam a coisa nenhuma, prefiro agir, deixo este paragrafo em jeito de sugestão.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Manteigas, deixo aqui o clarificar da situação, que seja dado o seu a seu dono.

Reiterando os melhores cumprimentos, me subscrevo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

O Presidente da Junta de Freguesia
Carlos Manuel Figueiredo Viegas”

O Senhor Presidente da Mesa esclareceu que ele próprio tinha estado presente no referido almoço, realizado no Covão D’Ametade, e constatou com surpresa que esse espaço já estava limpo, quando aí chegaram os voluntários para a ação de limpeza. -----

Informou que a **Senhora Segunda Secretária da Mesa**, através da Mesa da Assembleia, requereu à Câmara Municipal a consulta dos processos de locação na *Sotave*, tendo havido a recusa de consulta, relativamente a um dos processos, que a Câmara justificou de uma forma que considerou não ser aceitável. Explanou que, qualquer Deputado pode requerer através da Mesa da Assembleia as informações necessárias ao que pretende saber, segundo o que vem consagrado na Lei 75/2013 - Competências da Assembleia, na alínea f) do número 2, do artigo 25º, em que é referido que, a Assembleia tem competências para requerer as informações através da Mesa. Assim como, é uma competência da Assembleia Municipal, apreciar a recusa da prestação de quaisquer informações, ou recusa da entrega de documentos por parte da câmara Municipal ou de qualquer um dos seus membros que obstem à realização de ações de acompanhamento e fiscalização. -----

Declarou que dava conhecimento deste facto ao Órgão Deliberativo, visto que segundo o disposto na alínea k) do artigo 29.º, é competência da Mesa da Assembleia Municipal: “Comunicar à Assembleia Municipal a recusa da prestação de quaisquer informações ou documentos, bem como a falta de colaboração por parte da câmara municipal ou dos seus membros;”. -----

-----PONTO 2.3-----

-----INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS ANTES DA ORDEM DO DIA-----

----- O Senhor Presidente da Mesa aceitou as inscrições dos Senhores Deputados, que manifestaram intenção em usar da palavra neste ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- O Senhor Deputado José Lopes, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes. Referiu que à semelhança de muitos Manteiguenses recebeu uma carta do Município, relativamente à participação na aquisição de medicamentos. Explanou que a missiva tem um lapso, no que concerne à referência do horário de atendimento no período da tarde. Por outro lado, considerou que nessa carta deveriam ser enumerados os documentos, que os Municípes têm que apresentar, para se candidatarem a esse subsídio, no montante de cento e vinte euros (120,00€). Desta forma, evitava que as pessoas idosas, que já têm alguma dificuldade de mobilidade, tenham que se deslocar sucessivamente à Câmara para o efeito. Chamou à atenção, que este ofício remetido para os Municípes nesta época específica, parece uma carta eleitoralista, tal como, outra comunicação que foi remetida aos utentes do Cartão Municipal do Idoso, relativamente a um passeio organizado pelo Município, a poucos dias de ter início a campanha



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

eleitoral. -----
----- O Senhor Primeiro Secretário da Mesa solicitou a palavra, cumprimentou todos os presentes. Leu a declaração que em seguida se reproduz: -----

“Direito, Liberdade e Democracia

Perguntar-me-ão, os mais curiosos o porquê desta expressão.

Dir-me-ão ainda o que significará no contexto atual e que razões terão pesado para tal.

Para os mais distraídos, devo dizer que completo este ano 24 anos consecutivos de eleição sempre na mesma posição: 2º. na lista do Partido Socialista à Assembleia Municipal.

Porquê segundo?

Porque nunca quis ser primeiro e porque privilegiei a minha profissão em vez da política, tão simples como isso. Duvidam?

Em 1993 fui convidado para segundo e acabei candidato em quinto, por exigência de outro militante, tendo acabado primeiro, depois do partido ter ficado esfrangalhado com a derrota a favor do PSD.

Em 1997 não fui candidato em primeiro, quer à Câmara quer à Assembleia porque não quis, e fui novamente segundo porque quis.

Em 2001, com outro candidato em primeiro, fui novamente convidado para segundo e aceitei porque quis, o mesmo se verificando em 2005 (em que viria a ser terceiro por concordância minha) e 2009 até que chegámos a 2013, onde também fui convidado para segundo, tendo aceitado o convite por atenção ao primeiro que acabava de me convidar.

Para meu espanto, no dia seguinte e pelo mesmo interlocutor, sou confrontado com a perspectiva de ser terceiro, que recusei, afirmando que ou segundo ou não seria candidato.

A semente estava lançada.

Decorrem as eleições e o PS ganha a Assembleia.

Surpreendentemente, sem que nada o fizesse prever, sou atraído com a proposta de lista para a mesa, que não era encabeçada nem pelo primeiro nem pelo segundo, que era eu, sem que nada me tivesse sido previamente dito.

Espantoso, não acham?

Espantado!... claro. Quem não ficaria?

Ainda assim, tinha sido eleito pelo meu partido e como sempre iria ser fiel aos meus princípios, com honra e dignidade, a mesma dignidade que outros não revelam e que hoje escondem debaixo da bandeira do partido para defenderem interesses pessoais, conforme se foi dando conta durante o atual mandato.

Mas afinal porquê todo este arrazoado mesmo na última Assembleia?

Darão conta que não há um candidato autárquico que apresente um historial como este, em Manteigas, desde o 25 de Abril de 1974.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Dediquei-me ao PS, desde que atingi a maioria.

Fui militante ativo e defendi como ninguém o PS durante 32 anos consecutivos e chegado a este momento, verificamos que a secção de Manteigas deste meu ex-partido, não tem nada a ver com aquilo a que nos habituou; a defesa dos interesses de Manteigas em vez da defesa dos interesses pessoais. Duvidam? Reflitam e digam se é ou não verdade?

Onde se meteram todos quando a verdade era incómoda?

Não se lembram?

Fui o único a votar contra a ata e mantive o mesmo procedimento de quando a mesa era presidida pelo PSD.

Onde estava parte deste partido quando foi necessário solver a Autarquia e defender os interesses de Manteigas?

Há, têm razão, o Saneamento Financeiro foi aprovado graças ao trabalho e dedicação de alguém que apesar de ter votado contra conseguiu que outros votassem a favor.

Alvissaras para tal feito, porque se assim não fosse, como poderiam ter surgido os agradecimentos públicos por parte da Santa Casa e os apoios às diversas Associações, civis e religiosas, que beneficiaram com o desafogo financeiro Municipal?

Não deixei ainda assim de ser ameaçado (comportamento vulgar neste partido) por um ex-presidente de câmara se votasse a favor, como se não conhecessem a minha integridade de décadas.

Afinal, estava em causa o interesse de um grupo minúsculo de gente insignificante de um qualquer partido ou o interesse de Manteigas?

E aqueles que foram contra mas não deixaram de vir de mão estendida pedir apoio financeiro à autarquia?

Honras, repito, a quem conseguiu tal feito e porque tal aconteceu o culpado do sucesso de Manteigas e para Manteigas, fui eu, aquele mesmo aqui presente que desprezou os seus interesses, que sacrificou a sua vida familiar, a sua vida pessoal, a sua vida social e a sua vida profissional, sim porque ao fim de 32 anos, não há retrocesso.

Aquele mesmo que foi maltratado por escritos covardes de gente malcriada, mal formada e maldosa que não sabe sequer olhar para si mesma e que agora anda a dizer que eu levava informação como um passarinho qualquer.

Que informação? O que é que havia para levar? O partido que deixo de representar, fez ou teve alguma iniciativa digna de realce que merecesse ser contada? Não.

Só quem assim procede é que pensa e age desta forma impia e difamatória.

Quem são estes Senhores?

Sei que não sou perfeito, mas gostava de ser. Como todos; sei que, como todos, temos carácter; sei que como todos temos personalidade; sei que como todos, também erramos.

Há bom e menos bom, mas não precisamos de o dizer e apregoar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Afinal, quem é que não tem caráter ou personalidade?

Que eu saiba, ninguém. Todos temos.

Posto tudo isto e desculpem a maçada, foi chegado o tempo de dizer basta;

Cito:

“Só conhecendo o passado nos podemos libertar dele e imaginar um futuro diferente”;

O “sou tão bom como tu” é uma das ideias mais perigosas para a democracia;

“Não há felicidade sem liberdade nem liberdade sem coragem”;

Porque e passo a citar o Padre António Vieira:

“Não há cousa mais difícil, que eleger um homem a outro homem; porque, ou o conhece, ou não. Se o não conhece, elege às cegas; e se o conhece, também: porque se o conhece, ou o ama, ou o aborrece; e tão cego é o amor, como o ódio.”

E ainda “Porque não só devem eleger-se os melhores, mas ainda entre os melhores, que se elegendem, os melhores dos melhores devem sair primeiro.”

E por tudo quanto fica dito, sinto um grande regozijo e uma grande satisfação pelo que consegui fazer por Manteigas e para Manteigas, na certeza porém de que por cá continuarei.

Direito, liberdade, democracia... e obrigações não há?

O nosso regime constitucional só tomba para um lado? E os outros?

Um abraço e obrigado aos meus amigos por me ouvirem...

O Primeiro Secretário da Mesa

Albino Saraiva Cardoso”

----- O Senhor Deputado Nuno Soares no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes, solicitou esclarecimentos relativamente à situação exposta pelo Senhor Presidente da Mesa, sobre um requerimento que foi apresentado à Câmara Municipal, por intermédio da Mesa da Assembleia e que foi indeferido pela primeira. Disse que gostaria de perceber exatamente do que se trata. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa explicou que foi um requerimento feito à Câmara, sobre os processos de contratação dos espaços na *Sotave*, sendo que relativamente a um desses processos, a Câmara negou o acesso com base num decreto-lei, que transpõe duas diretivas Comunitárias, e cujo espírito desse Decreto-Lei é dar a abertura ao cidadão, relativamente à Administração Pública, tanto a Central como a Local. O que significa que, se qualquer cidadão pode ter acesso à informação da Câmara Municipal, mais facilmente um Deputado Municipal deve ter acesso a toda a documentação necessária às suas funções. Informou que neste contexto, a Câmara solicitou um parecer Jurídico à Comissão de Acesso de Dados e como tal, aguarda-se a resposta. Explanou que à Mesa da Assembleia, compete dar conhecimento aos membros do Órgão Deliberativo de que houve negação de informação, relativamente a um dos processos de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

contratação para os Espaços da Sotave. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares afirmou que ficou esclarecido relativamente à questão que tinha suscitado, questionou se o Órgão Executivo pretendia esclarecer a situação. -----

----- A Senhora Segunda Secretária da Mesa no uso da palavra, referiu que a sua intervenção se prendia com uma iniciativa da autoria do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, e que foi acarinhada e partilhada por muitos dos Senhores Deputados, que estavam presentes nesta sessão, que leu e que em seguida se transcreve: -----

*“Proposta da Bancada do Partido Socialista
Assembleia Municipal de Manteigas*

Das eleições autárquicas que se avizinham ainda não há eleitos para o mandato 2017/2021. Esta Assembleia Municipal, na sua próxima reunião, será instalada pelos quinze cidadãos que vierem a ser eleitos, mais os quatro Presidentes de Junta de Freguesia.

No entanto, temos uma certeza: o actual Presidente da Assembleia Municipal de Manteigas, senhor Engenheiro António Manuel de Lemos Santos, não será candidato, por decisão própria.

Este servidor da causa pública dedicou quarenta e um anos, dos seus setenta e dois, a Manteigas e à vida política manteiguense.

Desde as primeiras eleições autárquicas, a 12 de Dezembro de 1976, que o nome do Engenheiro António Manuel de Lemos Santos faz parte das listas do Partido Socialista (PS) à Câmara Municipal de Manteigas. Os manteiguenses habituaram-se em todas as eleições autárquicas a ler o seu nome nas listas apresentadas pelo PS, seja para a Câmara, seja para a Assembleia Municipal.

Só os cidadãos fiéis aos seus ideais, às suas convicções, com dedicação à causa pública, os que não desistem mesmo com contratempos que surgem no percurso político, alcançam tal longevidade, traduzível em quarenta e um anos de vida política activa conforme se descreve, brevemente, de seguida:

- Autárquicas de 1976 – Vereador até 1979 pelo PS em Câmara de maioria CDS;*
- Legislativas de 1979 – candidato às eleições legislativas pelo Círculo da Guarda, em lista encabeçada por Almeida Santos;*
- Autárquicas de 1979 – Vereador até 1982 pelo PS em Câmara de maioria Aliança Democrática (AD);*
- Autárquicas de 1982 – Presidente da Assembleia Municipal até 1985 pelo PS em Câmara de maioria PS;*
- Autárquicas de 1985 – Presidente da Assembleia Municipal até 1989 pelo PS em Câmara de maioria PS;*
- Autárquicas de 1989 – Presidente da Assembleia Municipal até 1993 pelo PS em Câmara de maioria PS;*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- Autárquicas de 1993 – Vereador até 1997 pelo PS em Câmara de maioria PPD/PSD;
- Autárquicas de 1997 – Presidente da Assembleia Municipal até Dezembro de 1998 e Membro da Assembleia Municipal até 2001 pelo PS em Câmara de maioria PPD/PSD;
- Autárquicas de 2009 – Presidente da Assembleia Municipal até 2013 pelo PS em Câmara de maioria PS;
- Autárquicas de 2013 – Presidente da Assembleia Municipal até ao momento pelo PS em Câmara de maioria PPD/PSD.

Durante estes quarenta e um anos fez, ainda, parte da Comissão Política Concelhia de Manteigas e Distrital e do Secretariado da Concelhia de Manteigas e da Federação da Guarda do Partido Socialista, em vários mandatos.

Por estas e por outras razões que se reconhecem ao Presidente desta Assembleia Municipal, senhor Engenheiro António Manuel de Lemos Santos, os signatários deste documento propõem um voto de louvor, como forma de reconhecimento público de quarenta e um anos de serviço dedicados à causa pública manteiguense.

Propõem, ainda, que a Câmara Municipal de Manteigas agracie este ilustre cidadão manteiguense, no próximo feriado municipal de 4 de Março de 2018, com uma medalha do Concelho.

Manteigas, Paços do Concelho, 1 de Setembro de 2017.

Os signatários

Paulo Manuel dos Santos Costa

António Miguel Aldeia Carvalho

Fernanda Isento Pereira

Alfredo Serra Carvalho Marcelo

Joaquim Neves Biscaia

Oriana Marina Cleto Abreu Morais”

A Senhora Segunda Secretária da Mesa colocou a proposta de um **Voto de louvor ao Senhor Engenheiro António Manuel de Lemos Santos, apresentada pela Bancada do Partido Socialista**, à votação por escrutínio secreto, tendo sido aprovada por maioria, com quinze votos a favor e três votos em branco. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa agradeceu o Voto de Louvor que lhe foi atribuído, confessou que era com emoção e algum embaraço, que recebia este gesto da Assembleia Municipal. -----

-----**Período da Ordem do Dia**-----

----- O Senhor Presidente da Mesa, no uso da palavra, prestou um esclarecimento prévio relativamente à Ordem de Trabalhos desta sessão. Explanou que a Mesa da Assembleia recebeu,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

através da Chefe de Divisão da Administração Geral, Dra. Gabriela Cravinho, um apontamento para serem retirados dois pontos na Ordem de Trabalhos. Aludiu que, concordava que fosse retirado o ponto três três “*Apreciação do Relatório de Acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro*”, uma vez que não foi apreciado pela Câmara Municipal. Sendo este um documento que é elaborado pelo Município, se não é apreciado em reunião de Câmara também não pode vir à apreciação do Órgão Deliberativo. No que concerne ao ponto três quatro “*Apreciação da Informação - Demonstrações Financeiras relativas ao 1º semestre de 2017, do Município de Manteigas*”, tendo sido também solicitada a sua retirada da Ordem de Trabalhos, considerou que, tendo o relatório do Revisor Oficial de Contas (ROC) sido distribuído aos membros da Assembleia e sendo um documento que é dirigido à Assembleia Municipal, pois a Câmara apenas toma conhecimento do mesmo, não via qualquer impedimento em que se realizasse a apreciação desse documento. Face ao exposto, decidiu-se manter este ponto na Ordem de Trabalhos. Questionou se alguém desejava usar da palavra sobre essa diretiva da Mesa. Verificando a intenção do Senhor Deputado José Lopes em intervir, concedeu-lhe a palavra. -----

----- O Senhor Deputado José Lopes, no uso da palavra, questionou o motivo de a Câmara não ter apreciado o Relatório de Acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa esclareceu que a Câmara não apreciou essa matéria, dado que os documentos não chegaram em tempo útil aos membros do Órgão Executivo, como tal, foi decidido adiar a apreciação desse ponto para a próxima reunião de Câmara. -----

----- PONTO 3.1-----

APRECIAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL – CONTRATO DE TRABALHO A

----- TERMO CERTO RESOLUTIVO INCERTO. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa recordou que na última sessão da Assembleia Municipal, este ponto já constava da Ordem de Trabalhos, contudo no momento da sua apreciação levantou-se uma questão sensível, em relação à substituição da responsável pelo Gabinete Jurídico, que acabou por desviar a atenção do Órgão Deliberativo e a alteração do Mapa de Pessoal – Contrato de Trabalho a Termo Resolutivo Incerto não foi deliberada. Questionou se alguém deseja ter algum esclarecimento complementar sobre esta matéria. Verificando que não havia inscrições para intervir neste ponto da Ordem de Trabalhos, colocou a **alteração do Mapa de Pessoal – Contrato de Trabalho a Termo Resolutivo Incerto** à votação, tendo sido aprovada por maioria com um voto contra. -----

----- O Senhor Deputado José Lopes fez uma declaração de voto. Referiu que votou contra a alteração do Mapa de Pessoal – Contrato de Trabalho a Termo Resolutivo Incerto, em coerência com atitude que já tinha assumido anteriormente, relativamente à contratação de pessoal para a Câmara Municipal de Manteigas. -----

----- PONTO 3.2 -----

----- APRECIAÇÃO DAS CONTAS CONSOLIDADAS REFERENTES AO ANO DE 2016. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Presidente da Mesa explanou que, a apreciação que fazia às Contas Consolidadas do ano de 2016, era negativa, como aliás ficou expresso na declaração de voto, que a Bancada do Partido Socialista tinha tido oportunidade de fazer, aquando das Contas da Autarquia, sendo que as Consolidação de Contas não vêm alterar a apreciação que foi feita, à data. Solicitou um esclarecimento, qual a razão da *GENERG* não entrar nesta Consolidação de Contas, embora o Município tenha apenas 10%, segundo o disposto Legal seja qual for a participação numa empresa não pode deixar de ser consolidada. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara explicou que foi um critério do Revisor Oficial de Contas (ROC), que entendeu que a *GENERG* não integra o universo a consolidar das Contas. -----

----- **A Assembleia Municipal apreciou as Contas Consolidadas referentes ao ano de 2016.** -----

----- PONTO 3.3 -----

APRECIAÇÃO DO RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE SANEMANETO FINANCEIRO

----- (ARTIGO 59.º N.º6, DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO). -----

----- **O relatório de acompanhamento de Saneamento Financeiro não foi apreciado pela Assembleia Municipal, uma vez que o ponto foi retirado da Ordem de Trabalhos, por não ter sido apreciado previamente pela Câmara Municipal.** -----

----- PONTO 3.4 -----

APRECIAÇÃO, DA INFORMAÇÃO – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVAS AO 1º SEMESTRE DE 2017, DO MUNICÍPIO DE MANTEIGAS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA D), DO N.º2, DO

----- ARTIGO 77º, DA LEI 73/2013 DE 3 DE SETEMBRO -----

----- O Senhor Presidente da Mesa, no uso da palavra, referiu que ia fazer um resumo da Informação relativa às Demonstrações Financeiras, preparadas pelo Serviço de Contabilidade da Câmara Municipal, que foram presentes e fazem parte do documento. Aludiu que é feita a comparação entre o primeiro semestre de dois mil e dezassete, com o final do ano de dois mil e dezasseis, o que na sua opinião não permite qualquer hipótese de comparação, sendo que o Revisor Oficial de Contas (ROC), no Relatório, compara o primeiro semestre de dois mil e dezassete com o primeiro semestre de dois mil e dezasseis, embora aponte também os resultados de dezembro de dois mil e dezasseis. -----

Constatou que, verifica-se um continuado aumento dos resultados negativos, ou seja, já no ano transato os resultados foram mais negativos do que em dois mil e quinze, este ano voltam a ser ainda mais negativos. Por sua vez, verifica-se uma preocupação do Governo em remendar o défice para poder reduzir a dívida, o que não se verifica na Câmara Municipal de Manteigas, em que se aumenta o resultado negativo, que advém dos resultados operacionais, sendo que os resultados são mitigados pelos resultados financeiros. Explanou que tal facto ainda o preocupa mais, porque os resultados finais não podem proporcionar resultados negativos, tal como o próprio ROC afirma no seu Relatório: os fundos próprios do Município sofreram uma diminuição de 10,4%. Avocou que é preocupante que isto aconteça, não é saudável. Admitiu que pode haver um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

ano ou dois em que o resultado seja negativo, fruto da enorme atividade da Câmara, mas não foi o que se verificou em dois mil e dezasseis. -----

Face ao exposto, referiu que esta matéria o preocupa, tendo-se verificado neste primeiro semestre que, mesmo face à urgência de mostrar a execução de obra, ainda assim, a despesa de capital não passou dos 32,5% e a execução da receita ficou nos 42,2%, o que obriga o ROC a fazer novamente o aviso, que se a execução da receita não atingir os 85%, poderemos estar a criar problemas em relação ao futuro. Chamou à atenção para estes alertas. -----

----- A Senhora Deputada Odete Ganilha pediu a palavra, cumprimentou todos os presentes. Fez alusão à intervenção do Senhor Presidente da Assembleia, quando referiu que a situação é preocupante, não é saudável e os resultados negativos que o Município apresenta, significa problemas no futuro. Concordou, no entanto recordou o que foi feito nos anos transatos. Disse que, após ter realizado uma breve pesquisa elaborou um gráfico, onde se verifica que o resultado líquido do exercício negativo do Partido Socialista, atingiu em dois mil e treze um milhão de euros (1.000.000,00€), daí os problemas no futuro, que o atual Órgão Executivo conseguiu passar para seiscentos mil euros (600.000,00€). -----

No que concerne à parte das entidades excluídas da Consolidação, informou que na página 21 do documento supracitado, são mencionadas as entidades excluídas da Consolidação, o motivo pelo qual isso aconteceu e o artigo legal no qual se baseia. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares, no uso da palavra, considerou que o método utilizado na Consolidação das Contas é o mais correto, porque não existe controle da Câmara sobre a *GENERG*. O Município apenas detém 10% da Hidroelétrica, logo não havendo controle direto ou indireto, não faz sentido consolidar contas relativamente à entidade supracitada. Explanou que, no que concerne ao ponto da Ordem de Trabalhos que estava em análise, não comungava das preocupações avocadas pelo Senhor Presidente da Assembleia, no que diz respeito aos resultados negativos, por duas razões: primeiro porque o reporte feito a trinta de junho para cálculo provisório das Demonstrações, mostra um resultado negativo na ordem dos oitocentos e cinquenta mil euros (850.000,00€), no entanto as amortizações do exercício e as provisões necessariamente legais, são de um milhão e duzentos e setenta e um mil euros (1.260.000,00€). Em suma, se forem excluídos estes dois fatores, que são altamente penalizadores para Municípios pequenos como o nosso, verifica-se que o resultado operacional não é negativo, são as amortizações que o tornam negativo, contudo isto é uma obrigação legal que o Município não pode deixar de executar. -----

Declarou que na Câmara de Manteigas os resultados operacionais são negativos e vão continuar a ser negativos por muito tempo, independentemente de quem ganhar as próximas eleições autárquicas, por força das amortizações que têm que obrigatoriamente ser feitas, devido ao investimento realizado, a não ser que não haja investimento. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa considerou a intervenção do Senhor Deputado Nuno



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Soares perfeitamente lúcida, contudo, todos têm responsabilidades e enquanto elemento do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, cabia-lhe referir que o resultado é negativo, sendo que para não aumentar o défice há que conter as contas. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara solicitou a palavra para prestar alguns esclarecimentos sobre esta matéria. Explicou que quanto mais investimento houver, mais cativação tem que ser feita sobre o investimento. Chamou à atenção que a Câmara reduziu a despesa de um milhão e oitocentos mil euros (1.800.000,00€), a capacidade de endividamento aumentou de seis milhões e quatrocentos mil euros (6.400.000,00€), para seis milhões e novecentos mil euros (6.900.000,00€). O que significa que a situação do Município não é conforme o que foi explanado pelo Senhor Presidente da Assembleia. Declarou que a Câmara tem vindo a poupar e está a acompanhar as medidas do Governo, tendo já reduzido o nível da despesa sem sair dos níveis que são impostos por Lei. -----

No que concerne à “urgência em fazer obras”, como foi referido na intervenção do Senhor Presidente da Mesa, explicou que durante três anos (de dois mil e catorze a dois mil e dezasseis) não houve o financiamento dos fundos comunitários que estava previsto, para grande prejuízo de Manteigas e dos concelhos pequenos que vivem à custa de fundos comunitários e das transferências do Estado. Portanto, as obras tiveram início quando houve esse dinheiro para as executar e não por haver urgência em executar e demonstrar obras. -----

----- **A Assembleia Municipal apreciou as Demonstrações Financeiras relativas ao 1º Semestre de 2017, do Município de Manteigas.**-----

PONTO 3.5 -----

ESCLARECIMENTO SOBRE A ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DE PROTEÇÃO CIVIL, NOMEADAMENTE A RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ----- EMERGÊNCIA -----

----- O Senhor Presidente da Mesa explanou que este ponto da Ordem de Trabalhos foi sugerido por si, porque verificou que numa Ata da Câmara Municipal, de vinte e seis de julho do corrente ano, altura em que o país foi assolado por uma enorme vaga de incêndios, houve um Município que interpelou em reunião do Órgão Executivo, se Manteigas tinha um Plano Municipal de Emergência. A essa questão o Senhor Presidente da Câmara informou, na altura, que a elaboração de tal Plano é da incumbência e responsabilidade da Assembleia Municipal. -----

Face a este contexto, considerou ser necessário fazer um esclarecimento sobre esta matéria, uma vez que, o Plano Municipal de Emergência não é da responsabilidade, nem da incumbência da Assembleia Municipal, mas da Câmara Municipal. Inclusivamente, e salvo melhor opinião, esse documento nem sequer tem que ser presente à Assembleia Municipal, deve ser dirigido aos Serviços Distritais da Proteção Civil. Alegou que o Plano Municipal de Emergência é algo urgente, e caso não exista tal Plano no Município, o mesmo deve ser elaborado, atendendo às circunstâncias que se verificaram neste verão e os incêndios que lavraram por todo o país.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Questionou se alguém desejava usar da palavra para intervir sobre esta matéria. -----

----- O Senhor Deputado José Lopes solicitou a palavra, referiu que a competência do Plano Municipal de Emergência é do Senhor Presidente da Câmara Municipal. Tal como se pode verificar em qualquer Município que seja afetado por catástrofes naturais, é sempre o Presidente da Câmara que responde perante essa situação. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara fez uso da palavra para explicar que, possivelmente, deve ter havido um equívoco relativamente a esse assunto. Explanou que essa matéria foi suscitada pelo Senhor Dr. José Duarte Saraiva, numa reunião de Câmara, contudo o Senhor Presidente da Câmara terá entendido que o Múncipe tinha feito referência ao Regulamento do Conselho Municipal de Segurança. Nesse sentido, deixou as suas desculpas pelo equívoco. -----
No que concerne ao Regulamento do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil, declarou que o mesmo está devidamente aprovado pela Autoridade Nacional da Proteção Civil e foi publicado em Diário da República. Deu conhecimento que esse documento foi elaborado por uma empresa de outsourcing, através de uma candidatura feita pela Associação de Municípios da Cova da Beira. Assim sendo, o Município de Manteigas detém um Plano Municipal de Emergência, com todas as entidades e hierarquias devidamente definidas, com as autoridades locais e distritais devidamente referenciadas e pode ser consultado no site da Câmara Municipal. No que diz respeito à Comissão da Proteção Civil, as operações têm sido realizadas e o Plano Municipal de Emergência já foi objeto de intervenção. -----

Deu conhecimento que a última reunião da Comissão Municipal de Proteção Civil foi em dois mil e catorze, em que foi realizado um exercício CPX (*Comand Post Exercise*,) para conformar o exercício de comunicações. Avocou que para além do Plano Municipal de Emergência, a Câmara Municipal de Manteigas está munida do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, assim como, tem o Plano Prévio de Intervenção de Episódios de Neve e Gelo e também tem os Planos de Emergência dos Edifícios Escolares, que são da responsabilidade da Câmara Municipal. -----

Elucidou ainda, que no que concerne ao Relatório do Plano de Saneamento Financeiro, a Câmara não apreciou esse documento, na reunião do Órgão Executivo, porque os CTT não o distribuíram em tempo útil aos Senhores Vereadores, não tendo sido culpa da Câmara. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes. No seguimento da intervenção do Senhor Presidente da Câmara, explanou que os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesias também são elementos na hierarquia da Proteção Civil, como tal, solicitou que lhe fizessem chegar o Plano de Emergência Municipal, uma vez que não conhecem esse documento e é pertinente que dele tenha conhecimento, por uma questão de funcionamento e operacionalidade desse mesmo documento. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara elucidou que o documento está disponível no site da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Câmara, nele estão identificados todos os potenciais riscos para Manteigas, tais como: terremotos, inundações, cheias, deslizamentos, nevões e incêndios florestais. Além disso, possui também a análise numérica, sendo que Manteigas tem uma Estação Meteorológica para fazer o acompanhamento deste processo, embora tenha estado interrompida, foi ligada ao Posto de Turismo, para efeitos de acesso e monitorização de dados. Informou que o Gabinete de Proteção Civil ia facultar o documento solicitado. -----

----- PONTO 3.6 -----

APRECIAR, DISCUTIR E VOTAR O DOCUMENTO APRESENTADO PELO SENHOR DEPUTADO NOVO
----- DE MATOS SOBRE "A FLORESTA PORTUGUESA, OS FOGOS E A SERRA DA ESTRELA" -----

----- O Senhor Presidente da Mesa indicou que ia conceder a palavra ao Senhor Deputado José Novo de Matos, para que este pudesse fazer uma resenha do documento, e a quem pediu a dispensa da leitura do mesmo, uma vez que foi previamente distribuído aos Senhores Deputados.

----- O Senhor Deputado José Novo de Matos, no uso da palavra, pediu desculpas por a estrutura do documento não vir paginada, devido a ter ocorrido um lapso. Recordou que na última Assembleia, em junho, tinha prometido que iria estudar esta problemática, para a poder apresentar nesta Assembleia. Referiu que demorou quase um mês a pesquisar e posteriormente, demorou cerca de uma semana a redigir o documento, por fim demorou mais duas semanas para cortar texto, uma vez o documento original teria mais de trinta páginas. Disse que ainda assim, o documento tem catorze páginas e tenta ser o mais exaustivo possível. Em suma, pediu desculpas pela falta de paginação e pela extensão do texto. -----

Explanou que considerou importante distinguir o que é floresta, o que sempre foi a floresta na Serra da Estrela e neste país, o que são os incêndios, como são e como evoluem, como é que se podem combater e finalmente, o que se passa objetivamente na Serra da Estrela. Aludiu que no início do século XX foi introduzida uma espécie exótica (à semelhança do *Eucalyptus globulus* (Eucalipto comum) e que agora ocupa quase um milhão de hectares de área), que é a *Pseudotsuga*, uma espécie vinda dos Estados Unidos e que é também uma resinosa. Explicou que foi introduzida em Portugal por ser uma árvore muito bonita, em termos de imagem turística, sendo ainda mais interessante em zonas de montanha, porque confere um ar das montanhas do norte da Europa. Explicou que a par disso, esta espécie foi introduzida no nosso país, porque pensava-se que atingiria facilmente a dimensão de trinta metros, favorável à produção de madeira, o que mais tarde veio a comprovar-se que não era possível, inclusivamente, apenas prolifera em zonas de montanha como a Serra da Estrela. -----

Por outro lado, não houve nenhuma indústria que suportasse a produção de madeira, como tal, os vinte e cinco mil hectares que existiram no início da sua plantação, são precisamente os que existem atualmente, tendo permanecido nesta Serra como uma árvore exótica, exógena, mas bonita e que atrai turistas. -----

Explicou que o seu objetivo é tentar que o Governo saiba que o concelho de Manteigas está



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

preocupado com os incêndios, dado que tem uma área bastante grande de resinosas, embora não tenha sido permitido a plantação do eucalipto nesta zona. A título de exemplo, recordou que após ter fundado a Associação Amigos da Serra da Estrela, a *Portucel* estava a tentar fazer uma grande plantação de eucaliptos em Famalicão da Serra, sendo que para o efeito limpou uma série de hectares. Referiu que nessa altura o seu amigo José Maria, por forma a impedir o avanço dos trabalhos de plantação de eucaliptos, deitou-se à frente de uma dessas máquinas, tendo o Senhor Deputado José Novo de Matos intercedido, para que a situação fosse resolvida de uma forma mais cordial, e para o efeito, solicitou formalmente uma reunião com o Conselho de Administração da *Portucel*. -----

Deu conhecimento que nessa reunião com o Senhor Presidente da *Portucel*, deixou patente que ou a empresa recuava na decisão de reflorestar a zona de Famalicão, que fica dentro da área do Parque Natural da Serra da Estrela, ou divulgaria nos meios de comunicação social que a *Portucel* estava a destruir a floresta portuguesa e o ecossistema do país. Referiu que após uma grande discussão chegaram a um acordo, tendo o Senhor Presidente da *Portucel* lhe oferecido um livro, que ele próprio tinha escrito, sobre o eucalipto e tinha admitido que a empresa não tinha necessidade de executar essa plantação de eucaliptos, naquela zona do Parque Natural da Serra da Estrela. Declarou que esta foi a sua primeira vitória pessoal, em termos da Associação Amigos da Serra da Estrela. Deixou claro que não é contra os eucaliptos, nem contra qualquer espécie, apenas defende que haja uma distribuição equitativa das espécies, de forma integrada e dentro de um Parque Natural é impossível existir uma florestação de eucaliptos. -----

Disse que a nível do país percebia que a plantação de eucaliptos é importante economicamente. A título de exemplo, explicou que se chama fileira a qualquer florestação ligada a uma indústria, as fileiras em dois mil e dez representavam 3,7 mil milhões de euros em valor acrescentado, em que a floresta era 0,4% do PIB, a madeira e a cortiça 0,62%, o mobiliário 0,36%, o papel e pasta 0,81%. Logo, quando se pensa em economia sustentada do país, não se pode ser totalmente contra a produção de eucalipto, tem é que ser contra a reflorestação do eucalipto, porque já não é necessária. Aludiu que tinha tirado três dias de férias, passou pela zona da Sertã, Monção, Gavião foi a Espanha, viu a limpeza das matas em Espanha, como é a exploração quer das resinosas quer das folhosas nesse país e verificou que em nada se assemelha à situação que se vislumbra em Portugal. -----

Indicou que em Portugal não temos possibilidade de fazer essa limpeza das matas como acontece em Espanha, porque o pequeno agricultor, que também investe na floresta, não tem hipótese económica de poder fazer essa limpeza das matas, tomará ele conseguir ter um preço mínimo para a venda da sua árvore depois do abate. Chamou à atenção que também há uma minimização do valor da madeira, das folhosas nobres como o carvalho e o castanho, sendo que o sobreiro ainda consegue proliferar, dado que os principais importadores de cortiça, que são as grandes companhias de vinhos franceses, nomeadamente a "*Moet Chandon*", só utiliza cortiça



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

portuguesa e a chamada XXM, que é mais larga para tapar as garrafas de champanhe. Em suma, a produção da cortiça representa uma percentagem muito grande do nosso PIB. -----

Explanou que insistiu imenso para que este ponto fosse agendado na Ordem de Trabalhos desta sessão, porque trata-se de um estudo que deu imenso trabalho a ser realizado e na sua opinião é importante que fosse discutido, amplamente, por todos os elementos da Assembleia e que todos tivessem acesso a este documento. Declarou que só há uma linha neste trabalho que não é isenta, quando faz referência a Karl Marx, que considerava que havia pessoas mais ricas e outras mais pobres e daí dependia certas atitudes. A verdade, é que as pessoas com bastas possibilidades financeiras, que têm grandes explorações ou empresas, não têm incêndios, porque têm capacidade económica de limpar os terrenos. Por sua vez, as pessoas com escassos recursos financeiros não têm essa hipótese de limpar as suas terras e como tal, veem-nas a serem consumidas pelos incêndios. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa fez uma análise do documento apresentado pelo Senhor Deputado José Novo de Matos. Declarou que, inicialmente, abordou este trabalho com alguma desconfiança, julgando que ia ler o que já foi publicado pelo Gabinete de Estudos da CDU. Após ter realizado uma segunda leitura do trabalho, reconheceu que a mesma era da autoria do Senhor Deputado José Novo de Matos. Considerou este trabalho um ótimo contributo, para a urgente necessidade do debate que tem que se fazer em Manteigas. Alertou que já não é só para defender a envolvente verde do concelho, é para defender que tragédia idêntica à que ocorreu este verão em Pedrogão Grande, Gois e Castanheira de Pera, possa acontecer em Manteigas, devido às circunstâncias geográficas em que está o concelho e a sua envolvente. -----

Considerou que é necessário que este debate seja feito nas instituições e comissões responsáveis, nomeadamente na Comissão da Defesa da Floresta Contra Incêndios e também no Conselho Municipal de Segurança. O Plano Municipal de Emergência existe e o Senhor Presidente da Câmara não pode continuar a dizer que a floresta não é responsabilidade da Câmara Municipal, porque não tem receitas da floresta. Declarou que numa primeira fase aceitou essa ideia, porque efetivamente são os Baldios e o Instituto da Conservação da Natureza e Floresta que deviam de ter essa competência, contudo a questão da defesa civil do território é uma competência da Câmara, da qual não pode abdicar. -----

Aludiu que, no seu ponto de vista, este documento tem a vantagem de reunir uma série de questões pertinentes, tais como o facto de em Portugal a floresta ser maioritariamente plantada, contrariamente aquilo que acontece no resto da Europa. Em Portugal a percentagem de floresta plantada é de 28%, enquanto que no resto da Europa a média é de 9%. Explicou que as condições climáticas do resto da Europa não são iguais às nossas. A título de exemplo, referiu que na Holanda não existem terras de mato, estes crescem tão depressa que num curto espaço de tempo transformam-se em florestas. Portugal, por sua vez, tem que plantar as árvores para que elas existam, contudo as plantações têm que ser devidamente ordenadas e não se basearem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

somente em áreas de plantação de Pinheiros e Eucaliptos. Afirmou que este é o grande problema do nosso país e por isso é que se verificam grandes incêndios, muito maiores do que aqueles que se verificam no resto da bacia do mediterrâneo. -----

Disse que através de um mapa da Península Ibérica, que lhe foi remetido pelo Grupo Estrela, era visível numa fotografia de satélite, que mesmo Espanha tendo tantos incêndios como Portugal, contudo é visível nesse mapa, que enquanto em Espanha os incêndios são pequenos pontos, em Portugal e sobretudo na Região Centro são enormes extensões. A floresta quando é plantada implica que seja ordenada, não pode haver fajas contínuas de resinosas, que ponham em causa as outras espécies. A Lei de Bases de 1996 não foi cumprida, sendo que previa os tais mosaicos dispersos para travar o fogo, que nunca foram criados, e que este documento faz alusão.-----

A economia circular que existia nos finais do século passado, era de facto importante e toda a gente sabia que em Manteigas existia giesta, com a qual se fazia a cama do gado, o que levava à diminuição da carga de combustível que havia na Serra. Hoje em dia já não existem particularmente explorações agrícolas de montanha e apenas se mantém uma pecuária residual, o que permite o crescimento dos matos e o aumento do material combustível. O reordenamento das espécies florestais tem de definir uma nova política de gestão florestal, para além de garantir a preservação, deve assegurar de forma correta a viabilidade económica da exploração florestal, tal como é referido neste documento. Concordou com o Senhor Deputado José Novo de Matos, quando disse que o eucalipto não tem que desaparecer da floresta portuguesa, tem é que ser ordenado e como tal, tem que se integrar o tal mosaico florestal, por forma a ser protegido das outras espécies e não fazer uma monocultura extensiva. -----

Aludiu que os Planos Regionais de Ordenamento da Floresta é outro ponto que tem realmente muita importância. Recordou que no Plano Regional de Ordenamento a floresta de Manteigas foi considerada exemplar e resistiu a toda a desgraça que se verificou em torno da Serra, contudo nada foi feito no sentido de a preservar. Reiterou o que já em sessões pretéritas tinha referido, que temia pela encosta norte de Manteigas, onde existe uma propriedade florestal de grande dimensão da Câmara Municipal e há um contínuo de pinheiros, que tem que ser minimizado e que tem que ser protegido por outras espécies. Aludiu que a área florestal no nosso país diminuiu, contudo aumentou sensivelmente a área de resinosas e do eucalipto, que é uma árvore altamente explosiva quando a temperatura sobe a acima de determinados valores. -----

Referiu que o Plano Nacional da Defesa da Floresta Contra Incêndios tem objetivos estratégicos muito precisos, tais como a redução da superfície florestal ardida, para valores equiparados à média europeia. E o que se pede é que estes objetivos venham a ser cumpridos. Portanto, é um problema de política florestal, mas também uma preocupação da Proteção Civil, na dupla vertente da defesa da integridade física das populações, da preservação dos seus bens de subsistência e bens próprios. Avocou que os incêndios não são só um problema da política florestal, têm também a ver com a Proteção Civil, pois os bens de subsistência das populações têm de ser uma das suas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

preocupações. -----

Por último, referiu ter achado estranho não existir neste estudo uma referência à *Pseudotsuga*, que foi uma substituta do Pinheiro Bravo, e que sendo plantada em zonas até aos novecentos metros de altitude, tem um crescimento espetacular, em termos do aproveitamento da madeira. Considerou ser uma árvore muito bonita, embora seja uma invasiva, mas tem um aproveitamento da madeira que o Pinheiro Bravo não tem e muito menos o Carvalho Negral. A *Pseudotsuga* tem um aproveitamento económico, que no seu ponto de vista, não pode ser minimizado, uma vez que, quando uma dessas árvores é abatida verifica-se um grande interesse na utilização da sua madeira. Em suma, referiu que as virtudes da *Pseudotsuga* não se resumem só a atração de turismo, eventualmente, dever-se-ia arriscar um pouco mais na plantação desta espécie. Questionou se alguém desejava usar da palavra sobre esta matéria. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria explanou que ia usar da palavra não só como Deputado da Assembleia, mas também como Presidente do Baldio de Santa Maria, porque esta última entidade administrava uma área florestal significativa. Declarou que após ler este documento, considerou-o ser ótimo e poderá servir de base, para uma análise e um debate sobre a floresta. Ainda assim, considerou que o documento está um pouco direcionado para a floresta, enquanto bem material a preservar e a conservar, no entanto a floresta em Manteigas também teve um efeito social muito significativo, que atualmente se está a perder. Explanou que essa dimensão social, era a sede dos Serviços Florestais que anteriormente estava localizada em Manteigas e recheada de mão-de-obra, que durante todo o ano se ocupava das mais elementares tarefas da floresta, contribuía para que a mesma estivesse bem preservada e limpa. Atualmente esses serviços estão quase na sua totalidade entregues aos Baldios, que não têm nenhum dos seus Diretores a trabalhar para essa entidade a tempo inteiro, o trabalho que aí executam é apenas por amor à camisola, contudo não permite que haja um trabalho muito mais profícuo na floresta, que deveria de existir. -----

Reconheceu que tem sido feito muito trabalho no terreno baldio nos últimos anos, mas muito mais poderia ter sido feito, se a sede e o centro de decisão estivessem em Manteigas, como esteve há alguns anos atrás. Aludiu que quando têm que se deslocar para cidades como Viseu ou Lisboa, para expor determinados assuntos relacionados com os Baldios, é visível que os técnicos não têm conhecimento das especificidades do terreno e da floresta em causa, por isso têm uma fundamentação errada nas decisões que tomam. Disse que como complemento a este documento dever-se-ia considerar essa parte social, dos Serviços Florestais estarem servidos e recheados de mão-de-obra qualificada e não qualificada, mão-de-obra capaz para toda atividade que a floresta oferece, sendo que isso também seria um contributo muito positivo na economia local. Declarou que quem ficaria a ganhar é a própria floresta, que não estaria tão abandonada como atualmente se encontra. -----

Questionou o Senhor Deputado José Novo de Matos, o que pretendia dizer com floresta produtiva.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Explicou que suscitava esta questão indo de encontro ao que foi explanado pelo Senhor Presidente da Assembleia, relativamente à *Pseudotsuga*, e ao papel que desempenha na economia local. Indicou que já teve contacto com algumas pessoas que trabalham na área da floresta e que demonstram alguma preocupação, com o facto de não se pensar na reflorestação controlada dessa espécie, visto que é uma espécie rentável para a economia da madeira, sendo que, possivelmente, dentro de alguns anos não terão matéria prima para a sua atividade. Em suma, referiu que a *Pseudotsuga* tem essa vertente de espécie invasora, resinosa, altamente combustível, mas se houver o trabalho de manter a floresta limpa e preservada, não corríamos tantos riscos com essas espécies invasoras. Questionou o Senhor Deputado José Novo de Matos se o conceito de floresta produtiva, que referiu neste estudo, esta relacionada com a vertente económica. -----

Por último, propôs uma pequena correção ao documento, na página treze, onde se lê: "*alteração dos atuais 50%*", o correto é 60% para os Baldios e 40% para o Estado. Explicou que ainda assim, esses 60%-40% não são controlados pelo Baldio. Explicou que é depositado na conta dos Baldios um valor, por vezes insignificante, às vezes são uns cêntimos e desconhecem se realmente correspondem a esses 60% que lhes é devido, a que lote dizem respeito, de que forma foram vendidas as árvores. Deu conhecimento que os Baldios já tinham solicitado o esclarecimento destas dúvidas, mas nunca obtiveram resposta. A título de exemplo, referiu que há pouco tempo receberam uma guia com um valor insignificante, proveniente do perímetro florestal do Alto Côa, sendo que teve que informar a entidade competente, que os Baldios que preside, administram o Baldio de Santa Maria e não o Baldio do Alto Côa, o que leva a crer que há uma confusão tremenda na reposição das receitas. -----

----- A Senhora Deputada Odete Ganilha pediu a palavra, declarou que em nome do Bancada do Partido Social Democrata, dava os sinceros parabéns pelo belíssimo estudo que o Senhor Deputado José Novo de Matos, presenteou esta Assembleia. No entanto, referiu que além do que consta no documento, no entendimento da Bancada do Partido Social Democrata, deveriam ser pensadas compensações, como forma de incentivo, para aqueles que pela localização dos seus terrenos se virem impedidos de os rentabilizar, devido à criação de mosaicos. Deixou ainda, o seu sincero agradecimento pelo amor que o Senhor Deputado José Novo de Matos tem demonstrado por Manteigas e pela sua população. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro, no uso da palavra, cumprimentou todo os presentes. Referiu que não ia fazer um elogio a este trabalho, porque não era o sítio próprio para o fazer, contudo prometeu que ia levar este estudo aos seus alunos do 10º Ano, porque faz parte do currículo escolar. Mencionou que leu este documento "como sobremesa", por inerência profissional. Deixou apenas três reparos: nas ações a desenvolver em Manteigas, e nas ações relativas aos incêndios, considerou que falta acrescentar a sensibilização nas escolas, porque é um fator importante. Indicou que, no seu ponto de vista, falta também referir



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

a interação entre os Bombeiros e os Sapadores Florestais. Explicou que tinha sentido isso no último incêndio florestal em Sameiro, que aconteceu há cerca de um ano, sendo que os sapadores dominam e conhecem a topografia, assim como os caminhos e não foram consultados, pelo contrário, foram colocados de parte, portanto essa interação é pertinente. -----

Por último, no seu entendimento, quando é feita a sensibilização da plantação da floresta, o Gabinete Florestal do Município podia criar um projeto, do género: “*abrace uma árvore*”, e cada jovem que plantasse uma árvore atribuíam-lhe um nome, para que esse jovem e a sua família pudessem acompanhar o crescimento dessa árvore. -----

----- O Senhor Deputado José Novo de Matos agradeceu todas as críticas positivas que foram feitas a este trabalho. Declarou que há um ponto de vista físico/patológico para os incêndios de natureza, qualquer floresta do mundo tem uma função fulcral, pela qual nós continuamos vivos. A floresta absorve toneladas de CO₂ e quanto maior concentração houver de floresta, mais absorção de CO₂ vai existir, isto é um fator fundamental em termos do planeta. Explanou que a sua visão é meramente local, a nível de Portugal e a nível desta terra, mas esse fator é importantíssimo, e tinha falhado ao não referir isso neste estudo. Aludiu que vale a pena pensar que a floresta tem de ser preservada, porque se quantificarmos o volume de CO₂ que é absorvido numa floresta de dez mil hectares (10.000ha), vamos verificar que é exorbitante, e quando já não houver florestas a vida no planeta morre, porque o aquecimento global é uma realidade, as águas do mar sobem, tudo desaparece se não houver árvores. -----

Indicou que a *Pseudotsuga* foi referida pelo Senhor Presidente da Assembleia e pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, do que se tem conhecimento sobre essa espécie, a mesma tem um crescimento máximo de vinte e um metros cúbicos (21m³) madeira/hectares/ano, enquanto que o eucalipto atinge vinte e cinco metros cúbicos (25m³) madeira/hectares/ano, sendo que dez anos são suficientes para que esta última espécie esteja em condições de ser cortada. Por sua vez, a *Pseudotsuga* demora mais de vinte anos. Explicou que a *Pseudotsuga* foi introduzida em Portugal em 1910 e a sua plantação nunca evoluiu muito. A título de exemplo, indicou que Manteigas é uma terra magnífica, com condições espetaculares, águas termais, um ambiente único, só que depois para tudo isto se realizar é preciso que haja quem invista, porque, infelizmente, nesta estrutura social se não houver dinheiro as coisas não funcionam. Aludiu que, certamente não será a Câmara Municipal que vai investir, porque à Câmara cabe gerir, os investimentos são do foro do privado. -----

Em suma, explicou que o que aconteceu com a *Pseudotsuga* é que não houve ninguém interessado em investir na sua produção, ou pelo menos nas fileiras. Por outro lado, há fileiras de eucalipto, de carvalhos, de sobreiros, porque alguém da indústria está interessado, quer seja para a madeira ou para o papel. No caso da *Pseudotsuga* nunca apareceu ninguém interessado em investir na sua plantação. Para reverter essa situação tem que se estimularem as indústrias da madeira, fazer perceber que a *Pseudotsuga* também pode ser uma madeira nobre e é uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

madeira muito mais nobre que o *Pinus Pinaster* (Pinheiro Bravo), com um custo mínimo em termos de produção. Somente quando isso acontecer, é que a *Pseudotsuga* vai ter o seu lugar na economia nacional. -----

Por outro lado, esta espécie por ser oriunda dos Estados Unidos, só floresce no Centro e no Norte do País, em regiões de montanha em que as condições climáticas são semelhantes as condições de altitude de 600/700 metros, o que é uma limitação. Mas, é importante que se produza, sendo que aí já entra a parte da floresta produtiva, ou seja, esta zona pode ser reflorestada com *Pseudotsugas*, Carvalhos, Castanheiros e Azinheira, porque são todas espécies endógenas, à exceção da *Pseudotsuga* que é exótica, mas é uma exótica muito bem adaptada, não é uma invasiva ao contrário do eucalipto. A título de exemplo, referiu que quando passou na zona ardida da Sertã, verificou que os eucaliptos já estavam a rebentar no meio de tudo preto. Alegou que é difícil em Portugal ter uma espécie com esta capacidade de resiliência, o que dá muito dinheiro, pois o crescimento é rápido. -----

Chamou à atenção para outra questão importante, apenas 1,5% dos incêndios deste país são devidos a causas naturais, como por exemplo trovoadas secas. No que diz respeito aos Guardas Florestais, indicou que foi um posto extinto pelo Governo (atualmente a administração florestal tem quinhentos e quarenta funcionários em Portugal, enquanto Espanha tem dez mil, quatrocentos e setenta funcionários), e posteriormente foram integrados na GNR, como Guardas da Natureza. Por sua vez, as velhas casas dos Guardas-Florestais foram todas vendidas, o que denota uma falta de gestão e de bom-senso. -----

Agradeceu à Senhora Deputada Odete Ganilha pelos elogios que lhe teceu, declarou que efetivamente o documento é incompleto e limitado, tendo concordado que a compensação pela colocação da floresta em mosaicos é obrigatória. No que diz respeito à questão levantada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro, sobre a sensibilização das Escolas, aludiu que é uma boa ideia. Afirmou que na elaboração deste documento apenas teve em conta num fator importantíssimo, que é a pedagogia das pessoas que todos os dias estão no terreno, os pequenos agricultores, a “velhota da aldeia” que só tem dois ou três Pinheiros, mas vai fazer o seu forno fora de casa. Referiu que a pedagogia que é referida no seu documento é dirigida para aqueles que podem fazer a ignição do fogo sem o intuito criminoso, porque em relação aos criminosos que provocam incêndios voluntariamente, e fazem homicídio voluntário indireto, esses não podem ser abrangidos pelo enquadramento jurídico que atualmente existe, em que simplesmente lhes é colocada uma pulseira eletrónica e vão para casa. Declarou que isto tem de ser alterado e tal é focado neste documento. -----

Por último, relativamente ao assunto dos Baldios, mencionou que irá efetuar a correção avocada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, ou seja, na página 13, onde se lê: “Alteração dos atuais 50% para 100% dos critérios”, deverá ler-se: “Alteração dos atuais 60% para 100% dos critérios”. Ainda sobre a temática dos Baldios, aconselhou o livro de Aquilino Ribeiro,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

tendo feito a seguinte citação: in “Os Baldios”: *“Livre e plena propriedade! Na serra não existem divisórias, nem muros, nem coutadas, nem empeços. O lavrador chega e ninguém o coíbe de encher o carro; escolhe o campo o que mais madruga; o mais operoso; o mais apto. Nós não temos tapadas nem bosques. Temos umas belgas à Beira do rio, que dão centeio e milho, e é a Serra que dá o leite e a lã, pois que ali se apascenta o nosso vivo. Quanto à lenha morando nós lá para os cornos da lua se não dispusermos da Serra, no Inverno morremos entiritados. A Serra é dos Serranos desde que o mundo é mundo, herdada de pais para filhos, quem vier para no-la tirar connosco se há-de haver. No Labrujal está toda a gente a postos, tirarem-nos a Serra é o mesmo que arrancarem-nos o coiro e o cabelo”*. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa considerou que a Assembleia tinha dado o seu contributo relativamente a este assunto. Agradeceu ao Senhor Deputado José Novo de Matos por ter proporcionado este debate, que no seu entendimento deverá ser prolongado, nomeadamente, pela questão dos Serviços Florestais e dos Guardas Florestais, sendo que é necessário ter em atenção a proporção entre Portugal e a Espanha. -----

Colocou a **Moção apresentada pelo Senhor Deputado José Novo de Matos sobre “A floresta portuguesa, os fogos e a Serra da Estrela”** à votação, tendo sido **aprovada por unanimidade**. Declarou que esta Moção será dirigida ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, ao Senhor Primeiro Ministro, ao Senhor Ministro da Administração Interna, ao Senhor Ministro da Agricultura e ao Senhor Ministro da Economia. -----

----- PONTO 3.7 -----

APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES A TOMAR EM MINUTA, PARA -----PRODUZIR EFEITOS IMEDIATOS, DESTA SESSÃO-----

----- O Senhor Presidente da Mesa questionou se alguém desejava usar da palavra neste ponto. Verificando que não havia inscrições propôs que se aprovasse em minuta para produzir efeitos imediatos o **ponto três sete**. Colocada à votação tal proposta foi a mesma aprovada por unanimidade dos presentes, portanto tal deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

----- PONTO 4.-----

-----APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL-----

----- O Senhor Presidente da Mesa questionou se algum dos Senhores Deputados desejava usar da palavra relativamente à Informação do Senhor Presidente da Câmara, verificando a intenção do Senhor Deputado José Novo de Matos em intervir concedeu-lhe a palavra. -----

----- O Senhor Deputado José Novo de Matos deu os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara pela entrevista que concedeu à revista “Pontos de Vista”, que integra o Jornal “O Público”. Indicou que, no seu ponto de vista, essa entrevista não é uma manobra eleitoralista, porque em Manteigas o jornal O Público não é muito vendido, portanto se houvesse uma intenção eleitoralista, teria sido feita uma publicação num jornal local. Assim sendo, considerou que a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

referida entrevista elevou a nível nacional o concelho de Manteigas, foi importante a nível de marketing nacional. Declarou que, por aquilo que teve conhecimento, a democracia no concelho de Manteigas está muito viva, uma vez que há cinco listas diferentes que se candidatam às eleições autárquicas. Deu os parabéns por esta grande vitalidade democrática, porque pela primeira vez na história desta terra vai haver uma lista independente, o CDS volta a ter um candidato, tudo isto é muito interessante para o concelho. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares solicitou um breve esclarecimento sobre a Informação, na página 5, é referido o ponto de situação da cedência dos Espaços da *Sotave*. Considerou que a informação aí explanada está um pouco confusa. Questionou quantos espaços é que estão devidamente aprovados e quais os espaços que ainda estão disponíveis. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa agradeceu ao Senhor Presidente da Câmara, a referência que fez na sua Informação, à sua tomada de posse como Presidente do Rotary Clube da Covilhã e as palavras simpáticas que lhe dirigiu, na altura. Indicou que gostaria de ter conhecimento do que se passou na reunião de quatro de agosto, com as Águas de Lisboa e Vale do Tejo, dado que é uma situação que se mantém algo indefinida, no que concerne à resolução de toda a problemática do abastecimento de água. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, esclareceu que a entidade Águas de Lisboa e Vale do Tejo mudou a designação para Águas do Tejo. Explicou que na Informação que remeteu à Assembleia ainda é feita a referência às Águas de Lisboa e Vale do Tejo, porque foi a última reunião que houve com essa entidade, para aprovação das Contas do ano de 2016. Deu conhecimento que houve uma reunião prévia com as Águas de Portugal, cujas questões que os Municípios tinham para apresentar, eram as mesmas que já tinham exposto anteriormente, que se prendem com o facto de haver um conjunto de dívidas que são reclamadas junto dos Municípios. Por sua vez, há Municípios que entendem que o processo ainda não está acabado, como tal, tem que se fazer um acordo e um contrato entre Municípios, para sanar a situação. ----- Aludiu que como era de conhecimento o processo está em Tribunal Administrativo, como tal, estão a aguardar que haja desenvolvimentos relativamente a algumas matérias, designadamente, em relação a duas atas de reuniões que ocorreram, na altura, com as Águas de Portugal, com as Águas do Zêzere e Côa e com as Câmaras Municipais, situação essa que depois nunca foi concretizada. Explanou que há um outro processo, que é a saída da Covilhã do Sistema, em que na altura, a Senhora Ministra Dulce Pássaro admitiu que a saída da Covilhã do Sistema, implicava uma perda direta de doze milhões de euros (12.000.000,00€), que os Municípios tiveram que suportar e que naturalmente teriam que ser ressarcidos para esse efeito. Referiu que a posição dos Municípios continua a ser de que não podem ser prejudicados. -----

Nesse sentido, houve uma reunião com a finalidade de se contrariar este processo, nesse seguimento, os Municípios não aprovaram as Contas da Empresa, contudo apenas detêm 6% do capital, a maioria do capital é do Estado, o que significa que as Contas foram aprovadas. Ainda



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

assim, os Municípios tiveram a oportunidade de dar nota da sua discordância, relativamente a determinadas matérias, tendo levado a que alguns Municípios se disponibilizassem para fazerem o encontro de Contas. Informou que pretendem agendar uma reunião com o Senhor Ministro e com o Senhor Secretário de Estado, para chegarem a uma conclusão sobre estes assuntos. -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que o Administrador das Águas de Portugal, que é quem representa o Estado nestas matérias, avoca que o assunto o transcende e que ele próprio não pode dar respostas a essas situações. É uma atitude política, que politicamente está a ser resolvida e continuam exatamente neste impasse relativamente às águas e ao saneamento. Esclareceu que a adesão, ao tempo, do Município de Manteigas às Águas do Zêzere e Côa, foi esta Assembleia que por inteiro a aprovou, porque houve o entendimento que o concelho tinha uma lixeira a céu aberto, que nos conspurcava todo o ambiente de Manteigas, os esgotos não tinham qualquer tipo de tratamento e estavam a conspurcar o Rio Zêzere, sendo que na altura Manteigas tinha ainda uma firma, a *Sotave*, que debitava para a ETAR o equivalente a vinte mil habitantes, pelo que Manteigas foi considerada como tendo uma população de vinte e cinco mil habitantes. Explanou que as circunstâncias na altura eram bem diferentes das atuais. Hoje em dia, Manteigas não tem o equivalente a vinte mil habitantes, tem somente os quatro mil habitantes, logo a situação tem que ser reconfigurada e cuidada de maneira diferente. -----

Recordou que na altura também havia falta de depósitos e captações, que aconteceram, nomeadamente, em Vale de Amoreira, em Sameiro e foi feito o aprimoramento. Na altura achou-se que era rentável e era qualificado ter esta adesão ao Sistema das Águas do Zêzere e Côa, neste momento entende-se de maneira diferente, que os valores que estão a ser exigidos são valores que as Câmaras têm dificuldade em suportar. Informou que esta reunião foi no sentido de todos os Municípios, que pertenciam à antiga Águas do Zêzere e Côa, afirmarem que têm legitimidade para exigir cerca de dezanove milhões de euros (19.000.000,00€), dos quais fazem parte os doze milhões de euros (12.000.000,00€), que a Senhora Ministra Dulce Pássaro, na altura, considerou que era o impacto financeiro da saída da Covilhã e os sete milhões de euros (7.000.000,00), que os Municípios consideram que são os juros devidos por não ter sido pago os doze milhões de euros (12.000.000,00€), há cerca de dez anos atrás. -----

Os Municípios continuam a achar que estes valores têm que ser imediatamente acertados, no sentido de pagarem as dívidas. Alguns Municípios afirmam que têm verbas cativadas, em termos contabilísticos, relativamente às dívidas que têm suportadas, outros Municípios terão ou não, o que é facto é que houve uma evolução muito significativa de pagamentos, desde há três anos a esta parte, e a maioria dos Municípios, exceto três dos quinze Municípios integrados, aprovaram o acerto de contas e as negociações relativamente à dívida, que está expressa nas Contas que foram aprovadas em quatro de agosto de 2017. -----

Relativamente ao esclarecimento solicitado pelo Senhor Deputado Nuno Soares, sobre a cedência de Espaços na *Sotave*, aludiu que só podia confirmar a informação que consta desse documento,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

quando o responsável pelo Gabinete de Apoio ao Investimento regressasse de férias, porque é a pessoa que está com o processo e que prestou esses dados. Contudo, do que tinha lido, verificou que existem nove candidaturas aos Espaços da Sotave, seis com contrato de arrendamento, uma candidatura está em fase de arrendamento, outra em análise e por fim, há uma candidatura que se encontra aprovada condicionadamente para arrendamento. Declarou que, assim que seja possível, fará chegar esse esclarecimento ao Senhor Deputado Nuno Soares. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa questionou o Senhor Presidente da Câmara, se os Municípios que pagaram às Águas do Zêzere e Côa e às empresas sucedâneas, não confrontam nessas reuniões os Municípios que não pagam e mantêm a dívida com reservas ou sem reservas. Declarou que esta situação de haver uns Municípios que pagam e outros não milhões de euros, nomeadamente a Câmara da Guarda, que deve vinte sete milhões de euros (27.000.000,00€) e não se incomoda minimamente com isso. No seu ponto de vista, o Município da Guarda vai ter a vantagem, que o Município de Manteigas não teve ao pagar a dívida, porque vão negociar situações mais favoráveis do que aquelas que se passaram connosco. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara respondeu que o seu conceito de justiça, é que a mesma cabe a todos por igual, seja a Guarda ou o Fundão, seja quem for, há de alvitrar a todos da mesma maneira. Explicou que a Câmara da Guarda não concorda com o contrato inicial que foi feito, uma vez que há obras que ainda não foram concluídas, ao nível do saneamento e do fornecimento de água, portanto acha que há uma dívida do Sistema relativamente à matéria. Mais, considera que há incumprimentos da parte das Águas de Portugal, como gestor final deste processo e como tal, reclama e informa que quer pagar o mais rapidamente possível, acertados que estejam estes processos e pormenores. -----

O Senhor Presidente da Câmara, deu conhecimento que o Município da Guarda tem cativas as verbas, para fazer face às dívidas que tem perante as Águas do Tejo. Os outros Municípios que não reclamam da mesma situação, entendem que têm de ser ressarcidos de um montante equivalente a uma parte dos dezanove milhões de euros (19.000.000,00€), que o Estado deve a cada um dos Municípios. Ou seja, são situações absolutamente distintas, o Fundão e Guarda entendem que o Sistema não cumpriu com as obrigações que tinha, relativamente às infraestruturas da água e do saneamento, logo enquanto a situação não estiver sanada não efetuam o pagamento às Águas do Tejo. O processo continua em Tribunal, continua a ter juros acumulados de alta magnitude, contudo a decisão da justiça abrangerá a todos por igual. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa verificando que não tinha mais inscrições para intervir, deu como encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- PONTO 5. -----

-----APRECIAÇÃO DE QUALQUER OUTRO ASSUNTO DE INTERESSE PARA O CONCELHO-----

----- O Senhor Deputado António Miguel solicitou a palavra, felicitou o Senhor Presidente da Assembleia pelos quarenta e um anos que dedicou à causa pública. Desejou-lhe as maiores



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

felicidades a nível pessoal e político. Declarou que esta reunião era de certa forma uma despedida e por esse motivo deixou um cumprimento a todos aqueles que não vão estar nesta Assembleia no próximo mandato e que certamente irão regressar no futuro, assim como um cumprimento para o Executivo, que fez votos que esteja de saída, sendo que tudo faria para que isso acontecesse e estava convencido que tal se ia verificar por dois motivos: em primeiro, declarou que o atual Executivo assentou o seu mandato em dois logros, que é o logro da dívida e o logro do prazo médio de pagamento; o segundo motivo tem a ver com aquilo que a Vila de Manteigas foi ao longo destes últimos quatro anos. -----

Recordou que nesta Assembleia foi denunciado à exaustão, a questão dos espaços públicos, do abandono que a esmagadora maioria deles estava sujeito, do lixo nas ruas, das ervas daninhas nos passeios da Vila. Muito foi falado, mas nada foi feito, apenas nestes últimos dias, um bocadinho por reação, a Câmara Municipal de Manteigas demonstrou algum trabalho, mas sempre por reação, nunca por ação, situação que se verificou ao longo deste mandato. No que concerne aos logros da dívida e do prazo médio de pagamento, afirmou que supunha que a Câmara tivesse ido buscar esses dados à Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), mas após consultar o respetivo site, verificou que os dados não batem certo. Aludiu que, em primeiro lugar não se compreende como é a Câmara quer fazer crer que o “monstro” foi criado pelo anterior Executivo, liderado pelo Senhor Esmeraldo Carvalhinho de 2009 a 2013, quando nesse mandato foi contraído unicamente um empréstimo, no valor de cerca de quatrocentos mil euros (400.000,00€), para a aquisição da *Sotave*. Recordou que esse dinheiro foi diretamente para os funcionários, que eram os credores da *Sotave* e que deviam ser ressarcidos dos seus direitos. -----

Explanou que não se compreende como é que é avocada uma dívida de seis milhões de euros (6.000.000,00€), quando foi contraído um só empréstimo no valor de quatrocentos mil euros (400.000,00€), a resposta é muito simples, o “monstro” já tinha sido criado a montante desta data. Deu conhecimento que, no site da DGAL é explanado que, no ano de dois mil e nove o limite da dívida era de cinco milhões e vinte e nove mil euros (5.029.000,00€), quando a dívida do Município a trinta e um de dezembro de dois mil e nove era de cinco milhões duzentos e quarenta e quatro mil euros (5.244.000,00€). Ou seja, em dois mil e nove a dívida já era superior ao limite máximo permitido por Lei, sendo que faltava ainda contabilizar um milhão de euros (1.000.000,00€), que estava “escondido na gaveta”, questão essa que, inclusivamente, foi levantada na última Assembleia Municipal e que ninguém desmentiu. -----

A DGAL refere ainda que segundo um decreto-lei, no ano de dois mil e treze os limites máximos de endividamento foram alterados, diminuindo o valor do limite máximo de endividamento para três milhões, quatrocentos e nove mil euros (3.409.000,00€), apresentando o Município uma dívida de cerca de quatro milhões de euros (4.000.000,00€). Explicou que para este valor foram contabilizadas as dívidas às empresas *Tecnin*, *Qualitividade* e a dívida de aproximadamente duzentos mil euros (200.000,00€) à Embeiral, que não foi paga, porque não existia um contrato, e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

o Senhor Presidente, à data, disse que não pagava esse valor, tendo o Tribunal lhe dado a razão. Em suma, foi a soma destas três parcelas que levou a que fosse ultrapassado o limite máximo de endividamento e que permitiu ao atual Executivo ir para o Saneamento Financeiro. -----

No que diz respeito ao prazo médio de pagamento, no site da DGAL, é visível que há Autarquias cujo prazo médio de pagamento é zero dias, ou seja, pronto pagamento. Aludiu que nessa pesquisa que fez no site da DGAL, encontrou uma Autarquia (cujo o prazo médio de pagamento é de cinco dias) na qual um amigo seu é Vereador e a quem questionou como é que conseguiram ter prazos médios de pagamento tão reduzidos. A explicação que lhe foi dada é que fazem precisamente o mesmo que faz a Câmara de Manteigas. Isto é, alguém presta um determinado serviço à Câmara, pode passar dois anos desde que ocorreu a prestação desse serviço até ser emitida uma requisição pela Autarquia, só posteriormente, quem prestou o serviço pode emitir a fatura e depois a mesma é paga em dois ou três dias. Ou seja, o período que é contabilizado, é aquele que vai desde o momento em que a fatura é emitida até ao pagamento, portanto é um logro. -----

Indicou que falou com dois ou três fornecedores da Câmara Municipal de Manteigas, que lhe asseguraram que o Município nunca lhes pagou no prazo de oito dias. Declarou que para assentar o mandato nestas duas questões, que são sem dúvida importantes, era preciso que correspondessem à verdade dos factos. -----

----- O Senhor Deputado José Lopes, no uso da palavra, declarou que em plena consciência tinha votado a favor do pedido de Empréstimo no âmbito do Saneamento Financeiro, no valor de dois milhões e quinhentos mil euros (2.500.000,00€), como tal considerou ter o direito de saber quanto é que já foi pago deste dinheiro, a quem foi pago, qual é a dívida atual da Autarquia, a quem ainda se deve e onde é que está o restante dinheiro. Recordou que na altura da aprovação do Saneamento Financeiro, questionou o Senhor Técnico Oficial de Contas (TOC) quem era o responsável por esta situação do Município. O TOC respondeu que tanto a Câmara presidida pelo Senhor José Manuel Biscaia, como a Câmara presidida pelo Senhor Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho, foram responsáveis por este endividamento do Município de Manteigas. Logo, não vale a pena atirar as culpas uns para os outros. Reiterou que os Senhores Deputados têm o direito de saber quanto é que já foi pago às Águas de Lisboa e Vale do Tejo, e que dinheiro o Município tem de reserva para o que for necessário. -----

Disse que um outro assunto que pretendi abordar prende-se com um desenho que saiu no Jornal, que induzia ter havido desenvolvimentos significativos relativamente ao Hotel da Vila Galé. Questionou o Senhor Presidente da Câmara, através da pessoa do Senhor Presidente da Mesa, qual era o ponto de situação desse hotel, se ia sofrer alterações, tal como vem explanado no desenho que foi publicado. Demonstrou que tinha dúvidas, que em Manteigas permitam que se construa um hotel da forma como ele vem descrito no Jornal e no local onde está projetado. Questionou quando é que se vão concretizar os oitenta postos de trabalho que foram anunciados



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

ou se isso era apenas uma promessa eleitoral. -----
----- O Senhor Deputado Flávio Massano solicitou a palavra, cumprimentou todos os presentes e em especial a população do concelho, que afluiu em grande número a esta sessão, o que demonstra interesse no dia-a-dia do concelho. Declarou que ia fazer duas pequenas intervenções, sendo uma em jeito de despedida. Referiu que cada vez que regressava a Manteigas costumava fazer um pequeno exercício. Indicou que assim que entra em Vale de Amoreira é absorvido pelas montanhas, coloca-se nos olhos de alguém que vem pela primeira vez a Manteigas e repara que esta terra tem uma entrada fantástica. Indicou que a encosta de Leandres maravilha toda a gente que vem consigo a Manteigas, todos querem parar para tirar uma fotografia, porque é realmente bonita. Posteriormente, passa-se a reta da Pedreira, onde se vislumbra parte de Manteigas, imagem, que na sua opinião, arrepia qualquer pessoa. Quando se entra na Vila, passa-se o jardim, e salvo melhor opinião, considerou que a entrada da Vila está cada vez mais bonita, está bem arranjada. Contudo, mesmo no meio da entrada da Vila visualiza-se a fachada do Parque Natural da Serra da Estrela, instituição que nunca contribuiu em nada para o desenvolvimento do concelho e que atualmente tem uma fachada central a cair de podre. -- Considerou irónico Manteigas estar cada vez mais bem arranjada, estar dentro de um Parque Natural da Serra da Estrela, que felizmente não foi atacado pelos incêndios este ano, portanto tem uma vista agradável até chegar à Vila, contudo assim que se entra em Manteigas deparamo-nos com a fachada de uma instituição que devia ter outro tipo de responsabilidades e que tem uma fachada completamente podre. Indicou que desconhecia se o proprietário do edifício é a Câmara ou se é o Estado, contudo fazia esta intervenção no sentido de se alertar o respetivo proprietário, que o edifício apresenta um aspeto vergonhoso e sem dúvida que destoa um bocadinho a beleza da entrada da Vila. -----

Por último, em jeito de despedida leu uma declaração que em seguida se transcreve: -----

“Pois é, quatro anos já passaram e com eles chegou fim o mandato que o povo, por meio de voto secreto, nos conferiu nas urnas. No meu caso particular, chega ao fim – ou interrompe-se – a minha participação política no concelho de Manteigas. A minha vida em Lisboa, por razões profissionais, impede-me de estar mais próximo do dia-a-dia da vila e de ser mais ativo nas intervenções e no acompanhamento da lide pública desta terra. Sou da opinião de que, em vilas pequenas do interior, como o é Manteigas, a proximidade e o contacto permanente com a população é uma das características mais importantes de qualquer titular de órgãos autárquicos. Por este motivo, e por outros que aqui agora não interessam, dou por concluída a minha passagem por esta casa. Neste momento de despedida, não poderia deixar de agradecer a cada um e a todos os elementos desta Assembleia o contributo que deram e a experiência e o conhecimento que passaram aos mais novos, como eu.

Foi com enorme gosto e prazer que convosco partilhei estes quatro anos. Muito obrigado!



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Por fim, se me permitem, gostaria apenas de deixar umas breves palavras em jeito de conselho para os que por cá continuarão e aos novos que irão entrar nesta Assembleia. Cada um as interpretará da forma que mais lhe convier e aprover:

Lembrem-se sempre que Manteigas é muito mais importante do que nós, muito mais importante que o nosso Partido e, acima de tudo, muito mais importante e relevante que os nossos egos e as nossas vaidades pessoais.

Boa sorte a todos e até breve.

Viva Manteigas!.”

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro, fez uso da palavra, avocou que como desconhecia que ia ser apresentada uma proposta de Voto de Louvor ao Senhor Presidente da Assembleia, tinha-lhe preparado um elogio. Fez alusão a uma obra de Edgar Mourin, um homem da humanidade, sobre o pensamento complexo. Considerou que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, ao longo destes quatro anos, despertou e mobilizou esta Assembleia para um ato de cidadania, ou seja, o valor do pensamento por vezes incompleto, complexo, apesar das complexidades dos assuntos abordados neste Órgão, todos foram capazes de pensar, cada um com a sua diversidade. Para terminar a sua dedicatória ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, citou uma passagem da obra Edgar Mourin; *“Estamos condenados ao pensamento incerto, a um pensamento crivado de buracos, a um pensamento que não tem fundamento algum de certeza. Mas todos somos capazes de pensar, nestas condições dramáticas”*. -----

Referiu que o outro elogio que pretendia fazer é dirigido aos funcionários da Câmara Municipal de Manteigas, que ao longo de quatro anos de forma muito profissional e com excelência organizaram, acompanharam e permitiram a concretização dos trabalhos realizados neste Órgão Autárquico. Por último, disse que em nome da Freguesia que representa, queria agradecer a todos os membros desta Assembleia, que tiveram a delicadeza e a gentileza de o ouvir cada vez que explanava as suas ideias. Declarou que, enquanto membro do Órgão Deliberativo, esteve a aprender, embora essa aprendizagem tenha ficado ainda incompleta. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares, solicitou a palavra, questionou o Senhor Deputado António Miguel se nos documentos aprovados pela Assembleia Municipal relativos às Contas do ano de dois mil e trezes, ou seja, da responsabilidade do Executivo do Partido Socialista, apenas reconhece como dívidas o que é empréstimo bancário, ou se deseja comentar o que vem explanado na página 3 das Contas de 2013, em que os valores da rubrica 2.2.1. *Fornecedores – Conta Corrente* são no montante de dois milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil, novecentos e cinquenta e dois euros e setenta e nove cêntimos (2.466.952,79€), na conta 2.6.1.1 *Fornecedores de imobilizado – Conta Corrente* o valor é de seiscentos e quarenta e oito mil seiscentos e quatro euros e doze cêntimos (648.604,12€) e nas contas 6.2 a 6.8 que são as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Contas Outros Credores apresenta o montante de quatrocentos e cinquenta e seis mil, duzentos e setenta e nove euros e vinte e um cêntimos (456.279,21€), o que dá a quantia de três milhões, quinhentos e setenta e um mil, oitocentos e trinta e seis euros e doze cêntimos (3.571.836,12€). -- Declarou que é muito bonito dizer-se que só foi contraído um empréstimo de quatrocentos mil euros (400.000,00€), contudo na altura ninguém criticou a contração desse empréstimo, assim como não houve oposição do PSD, porque todos entenderam o que estava em causa e o interesse que tinha. Questionou se Senhor Deputado António Miguel não considerava dívida o valor de três milhões, quinhentos e setenta e um mil, oitocentos e trinta e seis euros e doze cêntimos (3.571.836,12€), que atrás tinha citado. -----

----- O Senhor Deputado António Miguel respondeu que em nenhum momento tinha referido que em dois mil e treze o Município de Manteigas não detinha dívida. Esclareceu que a sua intervenção teve como base os dados da DGAL, sendo que esses não batem certo com aquilo que se tem visto. Indicou que efetivamente tinha referido que nesse mandato o Município apenas contratualizou um empréstimo. Reiterou que considerava ser dois logros o prazo médio de pagamento e a dívida da Câmara Municipal. Declarou o Município de Manteigas sempre teve dívida, todas as Câmaras Municipais têm dívida, contudo a dívida não começou em dois mil e nove. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares esclareceu que em nenhum momento tinha referido que a dívida só começou em dois mil e nove. Referiu que o Senhor Deputado António Miguel estava a querer fazer passar a imagem, que só o passivo bancário é que é dívida, quando não é, sendo que a dívida a fornecedores é superior ao passivo bancário, daí a necessidade de se fazer o Saneamento Financeiro. -----

----- A Senhora Segunda Secretária da Mesa interveio no debate, aludindo que com todo o respeito que tinha por ambos os Deputados, e pelas divergências de opiniões, que são salutares, sendo que é da discussão que nasce a luz, contudo recordou que a função que os Senhores Deputados desempenham no Órgão Deliberativo, não é no sentido pedir esclarecimentos um ao outro, mas sim, colocarem questões à Câmara Municipal, no âmbito dos seus poderes de fiscalização e solicitarem esclarecimentos à Assembleia Municipal. -----

----- O Senhor Deputado Carlos Ferrão pediu a palavra, cumprimentou todos os presentes, questionou quem é a entidade responsável pela candidatura do Geopark Estrela. Explicou que levantava esta questão porque um dia quando regressava a casa, em Gouveia, deparou-se com um cartaz enorme que dizia: “*Gouveia candidata a Geopark Mundial da Unesco*”. Inclusivamente, após ter realizado uma pesquisa, verificou que maioria dos geossítios estão localizados em Manteigas. No que concerne aos prazos médios de pagamento das faturas, questionou como é possível uma empresa fornecer um serviço a uma Câmara e só após dois anos é que passam a fatura. A título de exemplo, referiu que na sua empresa quando fornece um serviço e o mesmo está concluído, é obrigatório faturar-se e não são as Câmaras que vão mandar na sua empresa e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

dizer-lhe quando é que pode passar a fatura. Por isso, não entendia como era possível a situação explanada pelo Senhor Deputado António Miguel. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa esclareceu que é Instituto Politécnico da Guarda que lidera e coordena as atividades da candidatura do Geopark. Explicou que todos os concelhos que integram o Geopark Estrela, têm um cartaz semelhante ao que se encontra em Gouveia. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, no uso da palavra, questionou se já há alguma evolução relativamente à definição da localização da sede do Geopark. Referiu que na próxima sessão da Assembleia Municipal os atuais membros que a compõe, poderão ou não integrar o futuro Órgão Deliberativo, tudo depende dos eleitores. Recordou que há oito anos que faz parte deste Órgão Autárquico, sendo que estava na Assembleia Municipal, não a título pessoal, mas, por Manteigas. Afirmou que Manteigas não é a Vila que conheceu há uns anos atrás, o concelho está a perder pessoas, está a perder tecido económico. Manteigas tem que mudar, tem que voltar a ser a Vila alegre, atrativa que tinha conhecido na sua juventude e que tanto agradou a muitos Manteiguenses. -----

A título de exemplo, mencionou que no verão transato, para seu desgosto, ouviu comentários negativos de muitos emigrantes, que comparavam a Manteigas dos nossos dias com a Manteigas de outrora. Explanou que com estas palavras pretendia dizer que, embora fosse candidato nas eleições autárquicas de dois mil e dezassete e deseje ser eleito, trocava o lugar de Deputado na Assembleia Municipal e o lugar de Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, pelo progresso desta terra. -----

----- O Senhor Deputado José Novo de Matos solicitou a palavra, agradeceu a toda a Assembleia Municipal pela paciência que tinham tido em ouvir as suas intervenções, ao longo destes quatro anos de mandato. Declarou que também seria candidato à Assembleia Municipal de Manteigas, nas eleições autárquicas de dois mil e dezassete. Agradeceu o trabalho espetacular que tem sido feito pelos funcionários da Câmara no apoio às reuniões do Órgão Deliberativo e deu os seus parabéns pelo trabalho exemplar que foi desenvolvido. Indicou que a pessoa com quem tinha tido mais contacto, é com a Dra. Fernanda Cardoso, sendo esta uma excelente funcionária. Deixou também o seu agradecimento e as desculpas formais ao Senhor Presidente da Assembleia, com o qual sempre teve umas “guerrilhas terríveis”, não pelo seu conteúdo ideológico, mas pela forma como conduzia as Assembleias. Disse ser um jovem que conhece desde que esteve a trabalhar em Manteigas, há trinta e oito anos atrás, tendo recebido da sua parte uma hospitalidade beirã e manteiguense que realçou. -----

Informou que geralmente é candidato à Assembleia Municipal durante quatro anos e depois faz um interregno para descansar um bocadinho. Os dois últimos mandatos foram seguidos e voltava a recandidatar-se pela terceira vez consecutiva. Explanou que a sua base de apoio são as pessoas que foram seus doentes, e que percebia através do Jornal Notícias de Manteigas que muitos deles já tinham falecido, sendo que as pessoas mais novas não o conhecem. Declarou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

que podia ter a estratégia política de escrever todos os meses no Notícias de Manteigas, dado que foi um dos primeiros colaboradores desse jornal, mas não estava interessado nessa estratégia. Afirmou que enquanto membro da Assembleia, fez durante este mandato o que considerou que devia fazer a bem de Manteigas, não a bem do prestígio pessoal. Disse que tem estado presente na vida desta terra, porque adora-a e tem tentado ao longo destes anos compensá-la, com o seu esforço pessoal, por tudo o que esta terra lhe deu e, se calhar, ia tentar mais trinta e oito anos, para conseguir compensar Manteigas por tudo o que esta terra lhe tinha dado. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara pediu a palavra para prestar alguns esclarecimentos. Referiu que nesta sessão tinham sido produzidas algumas afirmações, sendo que algumas delas não são assim tão simples. Declarou que pela sua cabeça e pelo seu estilo não passa poder haver algum logro, nem esconder algo ou realidade alguma. Explanou que segundo os elementos que lhe foram facultados pelas Águas de Portugal, na semana em que ocorreu esta reunião, a dívida do Município no final de dois mil e treze, de água e de juros, era de três milhões e cem mil euros (3.100.000,00€), sendo que o valor que estava provisionado na Câmara de Manteigas eram duzentos mil euros (200.000,00€), que não chegava sequer à faturação cobrada aos Municípios durante um ano. Esclareceu que quando foi referido que havia uma dívida legada de um milhão de euros (1.000.000,00€) de faturas “que estavam na gaveta”, eram faturas que estavam a aguardar a possibilidade de pedir o reembolso aos Fundos Comunitários, facto que aconteceu no ano de dois mil e dez e numa parte de dois mil e onze. Portanto, era uma dívida que estava perfeitamente consolidada, porque estava garantida por reembolso de Fundos Comunitários. Frisou que o prazo médio de pagamento no Município é mesmo de oito dias. -----

No que concerne à questão que foi levantada sobre o hotel da Vila Galé, explicou que o mesmo não pode ir contra o que está definido no Plano Diretor Municipal e no Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela. Deu conhecimento que num primeiro projeto que foi apresentado, levantaram-se questões quer do lado da Direção Geral de Geologia e Minas, quer do lado do ICNF, uma porque havia uma contenda de limite espacial de construção possível e outra porque havia uma perfuração, numa zona secundária de proteção às Termas. Estas questões foram imediatamente avocadas pela Câmara, que liderou este processo junto da Direção Geral de Geologia e Minas e junto do ICNF e no prazo de um mês ficou tudo esclarecido. Foi decidido que se alterava o projeto, não se faria tanta perfuração e o limite tinha que ser um bocadinho diferente daquele que estava previsto. Declarou que na semana anterior à data desta sessão entrou o projeto de arquitetura na Câmara Municipal, que já teve a apreciação por parte desta entidade. -----

Indicou que no dia catorze de setembro ia ter uma reunião com o Senhor Presidente da Vila Galé, o Dr. Jorge de Almeida, para discutirem os últimos pormenores. Deu nota que Manteigas tem quatro hotéis em construção ou reconstrução, questionou qual é o concelho da região que se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

pode gabar de ter trezentas novas camas, num espaço de um ano, sendo que isso significa expansão e atratividade. Indicou que para isso acontecer o Município teve que andar junto do mercado à procura de quem quisesse este tipo de mercado. Declarou que Manteigas é boa, tem condições, mas não é produto, porque condições não são produto, é necessário que o concelho transforme as condições em produto, sendo que é isso que a Câmara tem feito. -----

Relativamente ao edifício do Parque Natural da Serra da Estrela, informou que é pertença do Estado e já foi notificado pela Câmara para realizar obras. No que diz respeito ao Geopark, aludiu que já foi dito e reconhecido por todos, até pelos especialistas e por aqueles que visitam a Serra da Estrela, que Manteigas é quem tem a maior concentração de geossítios. Inclusivamente, muitos livros de autores manteiguenses fazem alusão aos geossítios, e aí podemos verificar que os geossítios são em maior número do que aqueles que às vezes conhecemos. Alegou que por esse motivo está em desenvolvimento o Centro de Energia Viva, que é o primeiro do Interior, terá a interação da Agência Nacional de Ciência Viva, do Ministério da Cultura, da Universidade da Beira Interior, da Agência de Energia e da Câmara de Manteigas. Este projeto está candidatado ao Turismo de Portugal, sendo que julgava ser a primeira candidatura a nível nacional a ser aprovada, no montante de quinhentos mil euros (500.000,00€). Declarou que Manteigas tendo o Centro de Ciência Viva que irá mobilizar cientistas, professores, doutorandos, mestrados, se Manteigas tem os geossítios, se tem a qualidade e a ciência, fará todo o sentido que a sede do Geopark seja em Manteigas. -----

O Senhor Presidente alertou que o aspeto social não muda de um dia para o outro, Manteigas de um dia para o outro perdeu trezentos postos de trabalho, mas não se conquistam cem postos de trabalho de um dia para o outro, o projeto social não é feito assim. Indicou que Manteigas deixa de ser uma zona turística, para passar a ser um destino turístico, porque quando se oferece ao mercado 309 camas, é evidente que Manteigas deixou de ser um concelho de passagem, para ser um destino turístico com todas as inerências. Explicou que quando se fala em cerca de cem postos de trabalho, significa que essa oferta de alojamento vai originar direta ou indiretamente, através da restauração, dos bares, esses postos de trabalho. Mencionou que o concelho vai ter no espaço de um ano doze milhões de euros (12.000.000,00€) de investimento, facto que era indispensável há um ano atrás e que advém de três pessoas que já são residentes, e que investem na Pousada de São Lourenço, no hotel da Fábrica, no hotel Santa Luzia e depois há o investimento Vila Galé também no hotel já referenciado. Declarou que a Câmara, tal como foi dito pelo Senhor Deputado José Novo de Matos, tem a função de gerir o melhor possível, procurar acima de tudo o bem-estar das pessoas e cativa-las. -----

----- O Senhor Deputado António Miguel questionou o Senhor Presidente, através da pessoa do Senhor Presidente da Mesa, se efetivamente Manteigas ia ter trezentas novas camas. O Senhor Presidente da Câmara confirmou essa informação. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa, no uso da palavra, referiu que antes de encerrar esta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

sessão, pretendia deixar algumas palavras. Começou por dizer que tinha ficado sensibilizado com o Voto de Louvor que lhe foi concedido pela Assembleia Municipal. Fez uma referencia especial ao apoio que foi prestado à Assembleia Municipal pela Dra. Fernanda Cardoso e pela Ana Catarina, referiu que ambas tiveram uma enorme evolução à medida que os anos decorreram, nomeadamente a Ana Catarina cuja redação das Atas foi melhorando cada vez mais. Deixou um elogio à Dra. Fernanda Cardoso por todo o mérito que possui. Agradeceu também ao Senhor Rui Ruas que gravou as contendas da Assembleia Municipal, mantendo sempre um espírito muito sereno, mesmo ouvindo algumas barbaridades. -----

No que diz respeito aos Senhores Deputados, referiu que teve todo o gosto em ter tido a oportunidade de disciplinar esta Assembleia, indicou que não foi uma disciplina férrea, mas conseguiu que todos tivessem o direito à palavra e que o debate se realizasse, sendo isso o fundamental. Explanou que não tinha preparado um discurso para esta tão digna Assembleia, ainda assim, não podia deixar de agradecer a todos pela colaboração que prestaram no bom andamento dos trabalhos, fez votos para que no futuro o ambiente se mantenha pelos menos idêntico ao que foi patente nesta Assembleia Municipal e que os trabalhos decorram de forma profícua. -----

Verificando que não havia mais inscrições para intervir neste ponto da ordem de trabalhos e nada mais havendo a tratar deu a sessão por encerrada às vinte e três horas e cinquenta minutos do dia um de setembro do ano de dois mil e dezassete. Desta sessão foi lavrada a presente Ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia e pelos Senhores Secretários da Mesa.-----

----- O Presidente da Mesa -----

----- António Manuel de Lemos Santos -----

----- O 1º Secretário -----

----- Albino Saraiva Cardoso -----

----- A 2º Secretária -----

----- Oriana Marina Cleto Abreu Morais -----